

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 104

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE AGOSTO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Luciana Rafagnin
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

Ato da Presidência:

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando que nesta data se inicia o prazo da campanha eleitoral de 2002, visando resguardar os princípios constitucionais norteados da boa administração pública (artigo 37 - Constituição Federal), e ainda a legislação eleitoral vigente (Lei nº 9.594/97 que estabelece normas para as eleições), adverte os senhores deputados, agentes públicos e os servidores deste Poder das vedações previstas na campanha eleitoral, cujo descumprimento configuram crimes eleitorais com sanções penais, administrativas e eleitorais, notadamente as seguintes:

1 - Ceder ou usar em benefício do candidato, partido político ou coligação, bens móveis, imóveis ou veículos pertencentes à Administração;

2 - usar materias ou serviços custeados pelo Governo ou pela Assembléia Legislativa, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas;

3 - ceder servidores públicos ou empregados da Administração, ou usar de seus serviços, para Comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado;

4 - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público;

5 - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, *ex officio*, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleito direto, ressalvados:

a) nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;

b) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo;

6 - a veiculação de propaganda eleitoral ou de candidatos, através de cartazes, placas, estandartes, faixas e assemelhados, ou qualquer outro tipo de publicidade, no recinto deste Poder, dependerá de prévia consulta à Mesa Diretora.

Encaminhe-se cópias aos senhores deputados, à Diretoria Geral e às demais Diretorias da Administração.

Fixe-se, nos locais próprios de avisos e divulgação.

Publique-se.

Curitiba, 05.07.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 066ª-A SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2002

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Garcia e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Nelson Garcia; PPS: Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghelere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia; PFL: Cleiton Kielse, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, PMDB: Ademir Bier, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Luiz Carlos Martins (39). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Valdir Rossoni, Edno Guimarães, Ademar Traiano, Sérgio Spada, Fernando Guimarães, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Geraldo Cartário, Nelson Justus, Basílio Zanusso, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Renato Gaúcho e Cezar Silvestri (15).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos dando as boas-vindas aos suinocultores do nosso Estado, cidadão que trabalham em favor do Brasil, do nosso Estado, dos seus municípios. Que trabalhem com muita seriedade e na realidade não estão tendo o devido reconhecimento, não só pelos governos, mas também pelas empresas que são suas parceiras.

Posteriormente à leitura da Ata, daremos a palavra ao senhor Reni G. de Lima, presidente da Associação Municipal de Suinocultores de Pato Branco que falará em nome de todos os suinocultores do Paraná.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura das Atas das Sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 031/2002

Curitiba, 06 de agosto de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso ao município de Tibagi, de imóvel de propriedade do Estado, situado à Rua Sete de Setembro, s/nº, com área total de 15.546,00 m2 ou 6,6 alqueires, com benfeitorias, onde se encontra instalada a Unidade Social Oficial - Tibagi, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob o nº 16.133.

O plano de lei em referência consulta aos superiores interesses da administração e da coletividade, eis que, conforme disposição expressamente contida, será exclusivamente utilizado, pela municipalidade, para atendimento de crianças e adolescentes em programas de meio aberto, revertendo automaticamente ao uso do Estado caso lhe seja dada destinação diversa, sem qualquer ressarcimento ao cessionário.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar cessão de uso ao município de Tibagi, de imóvel de propriedade do Estado, situado à Rua Sete de Setembro, s/nº, com área total de 15.546,00 m2 ou 6,6 alqueires, com benfeitorias, onde se encontra instalada a Unidade Social Oficial - Tibagi - registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob o número 16.133.

Art. 2º - Para o imóvel descrito no artigo 1º constará do seu Termo um prazo de duração de 05 (cinco) anos, renováveis por igual período contados a partir da publicação desta lei, o qual será utilizado exclusivamente para o atendimento ao regime de meio aberto, sendo vedada a destinação diversa, sob pena desta cessão de uso tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias ao Patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a ressarcimento, independente de notificação judicial ou extrajudicial.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.**Ofícios:****OFÍCIO**

Sob o nº CTL/SEEG/429/2002, da senhora governadora do Estado em exercício, restituindo o Projeto de Lei nº 495/2001, de autoria do Poder Executivo. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/422/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver **VETADO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei nº 400/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Requerimentos:**REQUERIMENTO Nº 2023**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.08.2002.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 1999

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Emenda Modificativa de sua própria autoria, apresentada ao Projeto de Lei nº 256/2002.

Sala das Sessões, em 12.08.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1995

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-deputado federal Jorge Curi.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12.08.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 82 anos de idade faleceu o ex-deputado federal, Jorge Curi, que era irmão do ex-deputado estadual Anibal Curi.

Jorge Curi foi deputado federal por dois mandatos, pelo Paraná, tendo sido cassado em 1969 junto com Carlos Lacerda, de quem era companheiro na UDN. Atualmente, dedicava-se a atividades empresárias.

Jorge Curi foi também vereador pelo município de União da Vitória.

Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. mas tal é a condição humana: viver, lutar e morrer.

Amigo dileto, sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca destemidas são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Aceite, pois nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao Todo-Poderoso, para que lhe dê o merecido repouso.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Curi endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1996

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do professor e ex-deputado federal, Manoel de Oliveira Franco Sobrinho.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12.08.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 86 anos de idade faleceu nesta Capital, o professor catedrático, jurista, juiz federal aposentado Manoel de Oliveira Franco Sobrinho.

Considerado um dos maiores nomes brasileiros na área do Direito Administrativo, destacou-se no meio acadêmico, na magistratura e na política.

Manoel de Oliveira Franco Sobrinho formou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná em 1936, iniciando a carreira jurídica como advogado. Mais tarde, foi procurador geral da justiça; procurador geral do Estado, secretário de Estado em duas ocasiões e presidente da Caixa Econômica Federal. Na década de 50, foi deputado federal pelo Paraná. Em 1966, foi nomeado o primeiro juiz da Justiça Federal no Paraná.

Representou o Brasil, entre outros eventos, na 4ª Conferência Interamericana de jurisconsultos, em Santiago do Chile, e na 3ª Conferência Geral da Unesco, em Paris.

Era presidente de honra do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo, do qual foi o primeiro presidente e membro da Academia Paranaense de Letras.

Escreveu 17 obras jurídicas.

A seguir passamos a transcrever a última carta do professor Manoel de Oliveira Franco Sobrinho:

“No 70º Aniversário do Centro Acadêmico de Direito (Centro Acadêmico Hugo Simas)

Através da minha neta Giovani Pisani de Oliveira Franco, hoje curiosa estudante de Direito, tendo ainda pela frente o futuro que já tive, certo que as franquias jurídicas sempre protegerão as garantias constitucionais, me louvo a mim mesmo por haver participado com entusiasmo dos primeiros dias do nosso CAHS como seu aluno e depois presidente.

O tempo passa, o tempo corre, mas as boas instituições ficam, marcando anos e décadas. Quem sabe, um dia, alguém levantará a história do CAHS, como exemplo de uma grande iniciativa estudantil. De minha parte, tenho orgulho de haver pertencido aos seus quadros, embora algumas crises tenham marcado a sua vida social. Porém o que se faz aí está hoje para se dar o merecido valor.

Sete décadas, quase um século, resistimos a atos e fatos sociais, para poder agora firmar que a existência do CAHS não é um milagre, mas o resultado do trabalho de gerações acadêmicas. Basta que se conheça os nomes dos que por ele passaram, corretos nas suas atribuições públicas, honestos nas suas posturas ideológicas, e que já, como eu próprio, podem julgar o passado sem manchas ou muitos riscos.

Que valham os 70 anos como exemplo feliz da atividade universitária. Meu júbilo que cresceu no tempo e no espaço, é muito maior ao escrever esta simples nota de aplausos acadêmicos. E o faço, porque ainda estou com o mesmo espírito estudantil que me permitiu depois de exercer inúmeras funções de responsabilidade política. Graças pelo que me deram. Foi bem feliz o nosso Paraná. Manoel de Oliveira Franco Sobrinho”.

Descanse, pois, amigo Manoel, na certeza de que deixou em cada habitante desta terra um admirador e um amigo.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca destemidas são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Repousa pois, valente lutador.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste deputado cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Oliveira Franco, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1997

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do funcionário inativo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Ênio Santângelo Malheiros, ocorrido dia 25 de julho/2002.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12.08.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dia 25 de julho faleceu, nesta Capital, o Dr. Ênio Santângelo Malheiros que era funcionário aposentado deste Poder Legislativo. Filho de Colbert Cunha Malheiros e Alda Santângelo Malheiros. Deixa viúva Rosa Maria Achcar Malheiros.

O passamento do Dr. Ênio Malheiros veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este parlamentar.

Ênio Santângelo Malheiros era pessoa bastante relacionada em nossa Capital, ex-diretor geral da Assembléia Legislativa do Paraná e ex-diretor da Imprensa Oficial do Estado. Era advogado e jornalista.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos e colegas. Resta-nos todavia um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Aceite pois, dileto amigo Ênio, nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao Todo-Poderoso para que lhe dê o merecido repouso. Descanse em paz.

Sua família, a família que adorava, despediu-se do amigo em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo pois, saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Santângelo Malheiros endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1998

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do advogado Durval Daros, funcionário inativo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, corrido dia 05 de julho/2002.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12.08.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, nesta Capital, dia 05 de julho/2002, o advogado Durval Daros, que era procurador aposentado da Assembléia Legislativa. Era irmão do ex-deputado Waldemar Daros e tio do ex-deputado Adalberto Daros, ambos já falecidos.

Descendente de imigrantes italianos radicados no Paraná, Durval Daros era filho de João Daros Sobrinho e Maria da Luz Cabral Daros. Deixou viúva a Sra. Alice

Daros. Deixou ainda, 04 filhos, 11 (onze) netos e dois bisnetos.

O passamento de Durval Daros veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este deputado.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos e colegas. Resta-nos todavia um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que adorava, despediu-se do amigo em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo pois, saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Daros, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2001

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Nelson Macedo Justus progenitor do Exmo. deputado Nelson Roberto Justus, ocorrido na data de hoje, nesta Capital.

O senhor Nelson Macedo Justus teve uma vida sempre dedicada à sociedade e à família paranaense, como engenheiro-agrônomo e fundador da Revista Guaíra.

Era casado com a senhora Juvita de Plácido e Silva Justus e deixou três filhos, deputado Nelson Justus, Carlos e Gil.

Requer, também envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.08.2002

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2004

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa Legislativa, REQUER à Mesa o envio de voto de pesar pelo falecimento do senhor Antonio Barbeiro, ocorrido no dia 05 de agosto do corrente ano, na cidade de Sertãoópolis.

Rogamos a Deus que ofereça conforto à família nesse difícil momento amenizando a dor, com a certeza de que o senhor Antonio será sempre lembrado por ter zelado e amado a todos com grande intensidade.

Requer, ainda, seja dado ciência à família enlutada através da senhora Celiane Maria Negro Barbeiro Almeida (filha), no seguinte endereço: Rua Mariano Rizato, 64 - Jardim Rebelo - CEP 86.170.000- Sertãoópolis/PR.

Sala das Sessões, em 12.08.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2009

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Diomar Renato Batista Cunha, filho do ilustre presidente da Câmara Municipal de Matinhos, senhor Diorando Batista Cunha, ocorrido no domingo à noite, dia 04 de agosto em Matinhos-PR.

Sala das Sessões, em 12.08.2002.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 2002

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de congratulações a OAB-PR, parabenizando todos os advogados do Paraná, pelo Dia do Advogado, comemorado no dia 11 de agosto.

Temos imensa satisfação em homenagear todos os profissionais da advocacia que lutam e trabalham com dedicação para resolver com justiça todas as causas.

Com certeza esses profissionais são merecedores de toda nossa consideração e admiração pelo trabalho em prol de uma vida mais digna e mais justa para toda população.

Sala das Sessões, em 12.08.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2003

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de congratulações ao Juizado Arbitral de Cascavel pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo.

Fazem parte do corpo de Juizes do Tribunal Regional de Conciliação, Medição e Juizado Arbitral de Cascavel os senhores Romildo Antonio Amaral, presidente; Paulo Rodrigues Moreira - vice-presidente; Clair Spanhol, diretor financeiro, as senhoras Rosa Ani Herinsmann Daiferth, secretária, Nancy Terezinha Dal Posso, coordenadora, os árbitros Achiles Luiz Tecchio, Claudio Gilmar Spanhol, Enio Carlos Fenner, Marcílio Minoru Takeda, Márcio Rogério da Silva, Ronald Peixoto Drabik, Tonpson R. Coradi e as árbitras Rosemari França Tecchio, Regina Maria Tonni Mugnol, Maria Tereza Rechia Bleil e Daniela Caroline Techio.

O Tribunal Arbitral tem por finalidade a solução de controvérsias resultantes de transações que versarem sobre direitos patrimoniais disponíveis.

A Justiça Arbitral é um meio alternativo de Justiça Estatal, que soluciona seus litígios a partir de mecanismos extrajudiciais modernos, eficazes e totalmente neu-

tros, caracterizados por sua celeridade, informalidade, imparcialidade, sigilo, democracia e confiança.

Sala das Sessões, em 12.08.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2010

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações ao senhor Roberto Brommelstroet, proprietário do Depósito Roberto, pela passagem dos trinta anos de atividade comercial na região do bairro do Pilarzinho, em nossa Capital.

Solicito a especial gentileza em notificar o interessado acerca do voto em apreço até o dia 16.08.2002, no endereço da rua Raposo Tavares, 794 - Pilarzinho - PR - CEP 82.100.000.

Sala das Sessões, em 12.08.2002

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 2011

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação Médica do Paraná, pela comemoração de seus 69 anos do mês de junho/2002.

Sala das Sessões, em 12.08.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Médica do Paraná comemorou no mês de junho, seus 69 anos.

A AMP é a mais antiga entidade representativa dos médicos paranaenses e tem como maior desafio zelar pela qualidade dos profissionais e cursos de graduação existentes no Estado.

A Instituição, cuja sede está localizada no bairro da Água Verde, em Curitiba, está lutando pela melhoria da qualidade dos cursos de medicina no Paraná.

No Estado, atualmente são seis cursos de graduação e, anualmente, formam-se cerca de quatrocentos profissionais. Já no Brasil, são 101 cursos ao todo e anualmente formam-se cerca de 12 mil novos médicos.

À Associação Médica do Paraná (Rua Ébano Pereira, 114 - cj. 4, Curitiba/PR) através de seu presidente, pela comemoração de seus 69 anos de fundação, receba os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2012

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao

setor de Ortopedia e Traumatologia da UFPR, pela comemoração de seus 41 anos no mês de junho/2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O setor de Ortopedia e Traumatologia do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná comemorou em junho deste ano, seus 41 de existência.

Fundada no ano de 1961, o setor de Ortopedia efetuou o primeiro atendimento do HC e fez também a primeira cirurgia, numa época em que o ortopedista era um generalista, ao contrário de hoje, quando as especificações técnicas são muitas e as novidades aparecem com uma rapidez espantosa.

O setor possui equipamentos de última geração, mas curiosamente, a maioria dos casos são diagnosticados através de Raio-X, e apenas casos mais complicados - que representam 10% do total - se beneficiaram com a tomografia computadorizada, ressonância, ressonância magnética e outros meios bastante avançados.

Pelas mãos da competente equipe daquele setor, passam diariamente centenas de pessoas, de todos os Estados do país que ocorrem àquela instituição em busca de auxílio já que ela é referência no Estado e no País.

Pela comemoração de seus gloriosos 41 anos, receba o setor de Ortopedia e Traumatologia do Hospital de Clínicas da UFPR, através do diretor geral do HC (Rua General Carneiro, 181- Curitiba/Paraná) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2013

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Paróquia de Nossa Senhora do Carmo pela comemoração dos 751 anos do Escapulário de Nossa Senhora do Carmo.

Sala das Sessões, em 12.08.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Igreja Católica comemorou durante o mês de julho, os 751 anos do escapulário de Nossa Senhora do Carmo. É grande o número de fiéis que são devotos da Santa e que todos os anos se reúnem em torno de paróquias como a Igreja de Nossa Senhora do Carmo - única na Capital que leva o seu nome.

Concedido pela Virgem Maria a São Simão Stock, em uma aparição em 16 de julho de 1251, o escapulário foi no início de uso exclusivo dos religiosos da Ordem dos Carmelitas. O objetivo - uma espécie de avental de tecido marrom - teve seu tamanho reduzido e se transformou em um cordão hoje usado por milhares de fiéis em todo o mundo.

O escapulário leva de um lado a imagem de Nossa senhora do Carmo e de outro do Sagrado Coração de Jesus. Quando apareceu a São Simão, Maria teria entre-

gue o objeto e prometido livrar do inferno os devotos que usarem o escapulário.

O objetivo deve ser concedido ao devoto apenas uma vez, por um sacerdote ou leigo autorizado. Outra recomendação para quem tem escapulário é a oração de três Aves-Maria por dia.

Pela gloriosa comemoração de 751 anos do escapulário de Nossa Senhora do Carmo, receba a Igreja de Nossa Senhora do Carmo (Av. Mal. Floriano Peixoto, 8520 - Curitiba/PR), através do Pároco - Padre Luiz Alberto Kleina, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2014

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, pela comemoração de seus 41 anos.

Sala das Sessões, em 12.08.2002.

(a) ALGACI TULIO

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk

JUSTIFICATIVA:

O Bando Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE comemorou no mês anterior seus 41 anos de existência. Foi fundado em 1961 pelos então governadores: Ney Braga, Celso Ramos (Santa Catarina) e Leonel Brizola (Rio Grande do Sul) pela assinatura da Carta de Curitiba.

O BRDE foi fundado com a preocupação dos governadores de então de reduzirem as desigualdades regionais em relação ao estado vizinho de São Paulo e também a outras do país. Pela falta de apoio do governo central aos Estados do Sul, no final da década de 50, havia o temor de que estes pudessem se transformar em um "novo Nordeste", marginalizado e pobre.

A proposta da criação de um banco de fomento para a Região Sul foi lançada em 25 de março de 1961, na Reunião de Florianópolis, quando os governadores Ney Braga, Celso Ramos e Leonel Brizola discutiram também a instituição do Codesul (Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul). Essa idéia prosperou e ganhou o apoio do então presidente da República Jânio Quadros, culminando com a assinatura do ato que criou o BRDE em 1961.

Pertencente aos Estados do Paraná, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul, o BRDE é uma autarquia interestadual, que tem por função o apoio financeiro, técnico e institucional a empreendimentos da iniciativa privada.

Ao longo de sua existência, o Banco superou dificuldades, como a vivida no período de intervenção federal, no fim dos anos 80. Hoje posiciona-se em 4º lugar no ranking das 150 instituições brasileiras de fomento que operam com o BNDES Automático (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Nestes 41 anos, o BRDE financiou o equivalente a US\$15 bilhões, para mais de 40 mil projetos de empresas regionais gerando um efeito multiplicador de investimentos em torno de US\$36 bilhões. Gerou 2,3 milhões de postos de trabalho e receita tributária (ICMS) de 4,7 bilhões de dólares. Neste ano o Banco possui 300 milhões para financiamento nos três estados da Região Sul e o valor médio das operações, em torno de R\$100 mil por empresas evidencia o caráter social dos empréstimos, direcionados principalmente para o micro, pequenos e médios empresários.

Pela comemoração de seus gloriosos 41 anos, receba o BRDE (Av. Vicente Machado, 589 - CEP 80420-010 - Curitiba/PR), através de seu Diretor, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2015

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Conselho Regional de Farmácia do Paraná, pela comemoração de seus 41 anos.

Sala das Sessões, em 12.08.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Regional de Farmácia do Paraná comemorou durante o mês de julho de 2002, seus 41 anos de existência.

A instituição possui atualmente mais de 7 mil profissionais inscritos e o número cresce a cada ano devido à colocação de novos profissionais no mercado de trabalho pelas quinze faculdades espalhadas pelo Paraná.

Sempre defendendo os interesses de seus associados e lutando por uma melhor qualidade de trabalho, o Conselho Regional de Farmácia tem atuado dentro de uma política séria, administração segura e planejamento competente, o que o levou a alcançar diversos resultados, como a inauguração de sua sede própria nesta Capital.

Pela Comemoração de seus gloriosos 41 anos, receba o Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná (Av. Mal. Deodoro, 252 - 3º andar - Centro - Curitiba/PR), através de sua Presidência, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2016

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação Comercial do Paraná, pela comemoração de seus 112 anos.

Sala das Sessões, em 12.08.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comercial do Paraná comemorou durante o mês de julho seus 112 anos de existência.

A história da ACP começou por causa da “Revolta da Vintém”, movimento deflagrado em 1889 contra o aumento dos impostos sobre a erva-mate, que reduzia a competitividade da produção do Paraná no mercado nacional, já que outros estados não cobravam este imposto.

De lá para cá muita coisa mudou - e a ACP continua sendo a maior defensora dos interesses do comércio do nosso estado. Não apenas do comércio, mas do nosso Estado como um todo, pois tem participado ativamente de campanhas em prol do Paraná, já que é uma voz ativa e de elevadíssima importância junto aos mais diversos segmentos.

A ACP sempre fala com a autoridade de quem conhece mais que o mercado, mas de quem conhece a vida do Paraná de um ângulo diferente: do ângulo da mola motriz geradora de riquezas para o desenvolvimento do Estado como um todo.

Muitas ações importantes partiram da ACP, como a criação da rede de Informações de proteção ao Crédito (RIPC), que é a segunda maior rede de dados de crédito do mundo, reunindo informações de todo o Brasil, com 40 milhões de registros, capaz de dar 95% das respostas entre um e três segundos.

Pela comemoração dos gloriosos 112 anos da ACP - uma instituição sempre à frente do seu tempo, receba o seu atual Presidente Dr. Marcos Domacoski (Rua XV de Novembro, 621 - Centro - 80020-925 - Curitiba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado.

REQUERIMENTO Nº 2021

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Aristides Miguel Jacinto Ferreira e Odila Donadello Ferreira, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 12.08.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2022

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao Dr. Narcizo José Grein, nascido em 20 de dezembro de 1920 na cidade de Campo do Tenente-PR.

Concluiu os estudos do 2º grau no Internato Paranaense e formou-se pela Escola de Medicina da Universidade Federal do Paraná, no Curso de Odontologia, em 20 de dezembro de 1952.

Do matrimônio com a Sra. Ana Maria V. Grein, nasceram seus filhos Eloise, Ricardo, Marcos e Evelise, e oito netos, os quais têm o privilégio de ter um esposo, pai e avô maravilhoso.

O Dr. Narcizo é um profissional reconhecido nacional e internacionalmente por desempenhar inúmeros cargos de grande relevância na área de odontologia.

Participou de vários cursos e realizou diversos trabalhos, dentre os quais enumeramos a seguir: docência na Universidade Federal do Paraná - professor assistente de ensino superior, professor adjunto, professor titular e especialista em patologia bucal; docência na Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC - professor titular de odontologia na área de doenças bucais; coordenador da Campanha Anti - Fumo do Ministério da Saúde - PR; coordenador da Campanha de Prevenção do Câncer Bucal da ABO-PR; ministrador de cursos no Brasil e exterior; membro de inúmeras Bancas para professor titular e defesas de Tese de Mestrado e Doutorado; professor de cursos de pós-graduação a nível de especialização, mestrado e doutorado, entre outros.

Realizou inúmeros trabalhos de pesquisas publicados no Brasil e exterior. Publicou diversos livros que contribuíram sobremaneira, para a orientação e divulgação de seus conhecimentos no ramo da odontologia. Foi fundador da Sociedade Brasileira de Estomatologia e da Sociedade Paranaense de Prótese Dentária.

Mesmo com todo este rol de cargos, trabalhos, pesquisas e publicações literárias, o Dr. Narcizo se destaca pelo atendimento de qualidade que proporciona aos seus pacientes.

Detentor de uma intuição extremamente elevada, sabe, com muita propriedade, mas principalmente com muita humanidade, amor, confiança, e carinho, tratar de seus pacientes que apresentam doenças bucais.

Pelo seu excelente desempenho profissional e humano, conquistou o respeito e admiração de seus colegas, profissionais, pacientes, alunos, enfim de todo o nosso País e exterior, motivo pelo qual queremos, por meio deste Voto de Louvor, registrar nos anais desta colenda Casa de Leis, nossos sinceros cumprimentos e agradecimentos pelos valiosos préstimos profissionais dedicados, principalmente, à comunidade paranaense.

Os votos são extensivos aos demais Pares, consignando-se o reconhecimento de todos nós. Muito nos tran-

qüiliza a existência de profissionais com sua competência e desprendimento.

Sala das Sessões, em 12.08.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2020

Senhor Deputado:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido da Sra. Terezinha Vicentini Silveira, residente à Rua Alferes Ângelo Sampaio, nº 2782, ap. 112 - Bairro Mercês, que pede a colocação de tampas de proteção em todos os buracos para água com hidrômetro existentes ao lado de todas as estações tubo de Curitiba. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 336-2741.

Sala das Sessões, em 12.08.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2018

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, vem mui respeitosamente REQUERER de V. Exa. o encaminhamento do presente pedido de informações ao Exmo. Sr. secretário de Estado da Administração, Ricardo Smijntink, sobre as seguintes questões:

a) onde está sendo aplicado o Fundo de Previdência do Estado e que operações financeiras foram realizadas durante o exercício de 2002;

b) quais os investimentos realizados pelo Fundo durante o exercício de 2002, até os dias atuais, e quais seus resultados, inclusive no mercado financeiro;

c) em quanto monta o Fundo atualmente e quanto montava antes do início da última crise cambial.

Sala das Sessões, em 12.08.2002.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

As turbulências que o mercado financeiro brasileiro tem sofrido, fruto dos ataques especulativos do grande capital e das incertezas do cenário político-eleitoral, tornaram as aplicações financeiras uma grande armadilha para os investidores brasileiros.

Notadamente os fundos de investimento, os que mais procuram o mercado de capitais para realização de lucro, passam por um quadro de profundas incertezas, podendo em determinadas operações lucrar demasiadamente ou, nos casos onde não se previa determinada variante, sofrer revés ao ponto de realizar prejuízo. A situação se agrava ainda mais quando o capital aplicado é de origem pública.

Por este motivo, dado o dever de que a gestão do dinheiro público deva ser transparente, com a exposição do seu destino e da sua origem aos administrados, é que solicitamos a aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2019

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição, nos Anais da Assembléia Legislativa, do artigo “A Vez do Requião”, de autoria do Dr. Léo de Almeida Neves, e publicado no jornal Gazeta do Paraná do dia 25/07/2002, página 2.

Sala das Sessões, em 12.08.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Léo de Almeida Neves justificou com bastante propriedade, em seu artigo, todas as participações do Senador Roberto Requião em sua vida pública, razão pela qual, requeremos a transcrição nos Anais da Casa, para que fique registrado para a posteridade.

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 554/2002**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 6º, da Lei nº 13.213, de 29 de junho de 2001, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º - O direito à compensação restringir-se-á aos requerimentos protocolados até dezembro de 2003”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa alterar a redação do artigo 6º da Lei nº 13.213/2001, já que o prazo legal nele ditado mostrou-se exíguo para a real finalidade daquele mandamento legal.

Outrossim, muitos dos beneficiados por esta lei poderão usufruir das vantagens legais da extensão do prazo em questão e tendo o direito de usarem do direito de compensarem seus débitos fiscais até dezembro de 2003.

Pelo acima exposto, esperamos poder contar com o apoio dos meus pares desta colenda Casa de Leis, para a aprovação da medida aqui proposta.

PROJETO DE LEI Nº 555/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As microempresas, relativamente ao ICMS, terão tratamento tributário diferenciado, denominado, Simples/PR, regendo-se pelos termos, limites e condições previstas nesta lei.

Art. 2º - Para os fins do disposto nesta lei, considera-se:

I - microempresa, faixa “A”, o contribuinte que tiver receita bruta anual igual ou inferior ao valor equivalente a 2.000 Unidades Padrão Fiscal do Paraná - UFPR;

II - microempresa, faixa “B”, o contribuinte que tiver receita bruta anual superior ao valor equivalente a 2.000 UPF/PR e igual ou inferior ao equivalente a 5.000 UPF/PR;

III - microempresa, faixa “C”, o contribuinte que tiver receita bruta anual superior ao valor equivalente a 5.000 UPF/PR e igual ou inferior ao valor equivalente a 25.000 UPF/PR;

IV - empresa de pequeno porte, faixa “D”, o contribuinte que tiver receita bruta anual superior ao valor equivalente a 25.000 UPF/PR e igual ou inferior ao valor equivalente a 40.000 UPF/PR;

§ 1º - Para fins de manutenção do contribuinte nas faixas de enquadramento previstas neste artigo, será admitido que os valores máximos, estipulados nos incisos acima, sejam ultrapassados no percentual de 10% (dez pontos percentuais).

§ 2º - No primeiro ano de atividade, o limite da receita será obtido proporcionalmente ao número de meses decorridos do mês de inscrição da empresa no Cadastro de Contribuintes do Estado - CAD/ICMS, inclusive, e dezembro do mesmo ano.

§ 3º - Para os fins do disposto neste artigo, considera-se receita bruta o valor total das saídas de mercadorias e das prestações de serviços, promovidas pelo estabelecimento, excluídos os valores correspondentes a saídas canceladas, descontos incondicionais concedidos, devoluções de mercadorias adquiridas, às transferências em operações internas, às operações internas decorrentes de remessas para depósito, armazenagem, demonstração, feira ou exposição, industrialização ou conserto, às saídas com isenção, imunidade, suspensão do pagamento do imposto ou sujeitas ao regime de substituição tributária, às saídas para venda ambulante não realizadas, às saídas interestaduais para industrialização ou conserto, às exportações e à venda de fundo de estoque.

§ 4º - Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, para fins de determinação da receita bruta mensalmente, é vedado efetuar qualquer outra exclusão em virtude de alíquota incidente ou de tratamento tributário diferenciado (crédito presumido e redução da base de cálculo).

Art. 3º - O enquadramento no Simples/PR será realizado mediante opção expressa do contribuinte, que informará também se é contribuinte do ISS.

Art. 4º - Será excluído do Simples/PR o contribuinte:

I - que não preencher os requisitos previstos nesta lei;

II - for incluído com base em informações irreais;

III - que ocultar ao fisco operações ou prestações relacionadas com suas atividades;

IV - que optar pelo regime normal de tributação.

§ 1º - A empresa excluída retornará ao regime normal de apuração e pagamento do imposto, a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da ciência da decisão definitiva que determinar sua exclusão do Simples/PR, exceto no caso de exclusão por opção, hipótese em que o contribuinte sujeitar-se-á ao regime normal a partir do 1º dia do mês subsequente ao da opção.

§ 2º - Nas hipóteses deste artigo e do parágrafo 4º do artigo seguinte, fica assegurado o direito de recuperação do crédito em relação às entradas de mercadorias anteriormente tributadas, existentes em estoque, ressalvadas as sujeitas ao regime de substituição tributária, cujas saídas devem ocorrer com débito do imposto, podendo o contribuinte, na impossibilidade ou dificuldade de determinação ao valor real, apropriar-se de 12% do valor dessas mercadorias.

§ 3º - A exclusão do Simples/PR de ofício, nas hipóteses dos incisos I e III deste artigo, dar-se-á mediante ato declaratório da autoridade fiscal da Delegacia da Receita Estadual que jurisdicione o contribuinte, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o rito do processo tributário administrativo fiscal de instrução contraditória, previsto no artigo 56 da Lei Estadual nº 11.580/96.

Art. 5º - O valor devido mensalmente:

I - pela microempresa, faixa "A", será o valor correspondente a uma UPF/PR;

II - pelos demais optantes pelo Simples/PR será determinado mediante a aplicação, sobre a receita bruta, dos seguintes percentuais:

a) em relação à microempresa, faixa "B", contribuinte exclusivamente do ICMS: um ponto percentual;

b) em relação à microempresa, faixa "B", contribuinte do ICMS e do ISS: 0,5 (meio) ponto percentual;

c) em relação à microempresa, faixa "C", contribuintes exclusivamente do ICMS: 2,5 (dois e meio) pontos percentuais;

d) em relação à microempresa, faixa "C", contribuinte do ICMS e do ISS: 2,0 (dois) pontos percentuais;

e) em relação à empresa de pequeno porte - EPP, faixa "D", contribuinte exclusivamente do ICMS: 3,5 (três e meio) pontos percentuais;

f) em relação à empresa de pequeno porte - EPP, faixa "D", contribuinte do ICMS e do ISS: 3,0 (três) pontos percentuais;

§ 1º - A microempresa, faixa "A", optante pelo Simples/PR que, no decurso do exercício, exceder a receita bruta acumulada no valor previsto no inciso I, do artigo 2º desta Lei, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do mesmo artigo, sujeitar-se-á, a partir, inclusive, do mês em que verificado o excesso, aos percentuais previstos para as microempresas, faixa "B", na forma das alíneas "a" ou "b" do inciso II, desde que não haja ultrapassado o

limite de receita bruta anual equivalente a 4.274 UPF/PR, devendo, até o primeiro dia do segundo mês após a ocorrência, comunicar o fato à repartição fazendária a que estiver subordinada, passando então a ser considerada microempresa, faixa "B".

§ 2º - A microempresa faixa "B", optante pelo Simples/PR que, no decurso do exercício, exceder a receita bruta acumulada ao valor previsto no inciso II, do artigo 2º, desta lei, ressalvado o previsto no parágrafo 1º do mesmo artigo, sujeitar-se-á, a partir, inclusive, do mês em que verificado o excesso, aos percentuais previstos para as microempresas, faixa "C", na forma das alíneas "c" ou "d" do inciso II, desde que não haja ultrapassado o limite de receita bruta anual equivalente a 25.641 UPF/PR, devendo, até o primeiro dia do segundo mês após a ocorrência, comunicar o fato à repartição fazendária a que estiver subordinada, passando então a ser considerada microempresa, faixa "C", ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 3º - A microempresa, faixa "C", cuja receita bruta, no decurso do exercício, exceder o montante previsto no inciso III, do artigo 2º desta lei, assegurado previsto no parágrafo 1º, do artigo 2º, sujeitar-se-á, a partir, inclusive, do mês em que verificado o excesso, aos percentuais previstos para as microempresas, faixa "D", na forma das alíneas "e" ou "f" do inciso II, desde que não haja ultrapassado o limite de receita bruta anual equivalente a 39.958 UPF/PR, devendo, até o primeiro dia do segundo mês após a ocorrência, comunicar o fato à repartição fazendária a que estiver subordinada, passando então a ser considerada microempresa, faixa "D".

§ 4º - A empresa de pequeno porte - EPP, faixa "D", cuja receita bruta, no decurso do exercício, exceder ao limite de receita bruta acumulada prevista no inciso IV, do artigo 2º desta lei, ressalvado o parágrafo 1º deste mesmo artigo, estará excluída do Simples/PR, a partir do primeiro dia do segundo mês após a ocorrência, devendo comunicar o fato à repartição fazendária a que estiver subordinada, passando a submeter-se ao regime normal de tributação.

§ 5º - O valor devido mensalmente pelas microempresas, faixas "B", "C" e "D", sem prejuízo do disposto no inciso II, não poderá ser inferior a uma UPF/PR.

Art. 6º - Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a microempresa optante pelo Simples/PR é responsável pelo pagamento, na forma da legislação regulamentar, do imposto referente:

I - às mercadorias que adquirir de contribuinte não inscrito no CAD/ICMS;

II - à entrada decorrente de importação própria de bens não destinados ao ativo permanente e de mercadorias;

III - às aquisições de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária em que não tenha ocorrido a retenção do ICMS e o remetente não tenha sido ou tenha deixado de ser eleito substituto tributário;

IV - à utilização de serviço cuja prestação se tenha iniciado em outra unidade federada e não esteja vinculada a operação ou prestação subsequente alcançada pela incidência do imposto;

V - à entrada decorrente de importação própria de bens destinados ao ativo permanente, cuja saída física do estabelecimento importador ocorra em prazo inferior a três anos.

Parágrafo Único - Em relação ao disposto no inciso V, deverá ser recolhido o imposto na proporção de 1/36 (um trinta e seis avos) por mês ou fração faltante para completar o triênio.

Art. 7º - A opção pelo Simples/PR, veda para a microempresa, a utilização ou destinação de qualquer valor a título de incentivo fiscal, bem assim a apropriação e transferência de créditos relativos ao ICMS.

Art. 8º - Não poderá optar pelo Simples/PR, o contribuinte:

I - na condição de microempresa, faixa “A”, que tenha, no exercício imediatamente anterior, receita bruta superior ao valor equivalente a 1.781 UPF/PR;

II - na condição de microempresa, faixa “B”, que tenha, no exercício imediatamente anterior, receita bruta superior ao valor equivalente a 4.274 UPF/PR;

III - na condição de microempresa, faixa “C”, que tenha, no exercício imediatamente anterior, receita bruta superior ao valor equivalente a 25.641 UPF/PR;

IV - na condição de empresa de pequeno porte - EPP, faixa “D”, que tenha, no exercício imediatamente anterior, receita bruta superior ao valor equivalente a 39.958 UPF/PR;

V - constituídos sob a forma de sociedade por ações, cooperativa, ou em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica, ou, ainda, pessoa física domiciliada no exterior;

VI - que realize operações relativas a:

a) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;

b) produção, extração ou exportação de produtos primários.

VI - que preste serviços de transporte interestadual ou intermunicipal ou de comunicação;

VII - cujo titular ou sócio participe de outras sociedades comerciais cujo faturamento, em sua totalidade, seja superior ao valor equivalente a 45.952 UPF/PR;

VIII - eleito substituto tributário em relação a operações subsequentes;

IX - que operem nos seguintes ramos de atividade econômica:

a) serrarias com desdobramento de madeira - código CNAE-Fiscal - 2010-9/01;

b) secagem, salga, curtimento e outras preparações de couros e peles, inclusive subprodutos - códigos CNAE-Fiscal 1511-3 e 1910-0/00;

c) construção civil - código CNAE-Fiscal 45;

d) comércio varejista de veículos novos e usados, concessionárias (exclusive bicicletas e triciclos) - códigos CNAE-Fiscal 5010-5 e 5041-5/03;

e) comércio varejista de aparelhos e equipamentos para comunicação (inclusive peças e acessórios) - código CNAE-Fiscal 5245-0/03;

f) comércio atacadista em geral - códigos CNAE-Fiscal 51, 5030-0/01, 5030-0/02, 5041-5/01 e 5041-5/02.

§ 1º - Fica, nas hipóteses previstas nos incisos I a IV, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 2º.

§ 2º - Será vedada a opção pelo Simples/PR ao contribuinte em situação fiscal irregular perante o CAD/ICMS, ou com débitos pendentes de ICMS, ressalvados os casos em que a exigibilidade do crédito esteja suspensa.

§ 3º - Na hipótese de início de atividade no exercício imediatamente anterior ao da opção, os valores a que se referem os incisos I, II e III serão, respectivamente, equivalentes a 167, 417, 2084 e 3334 UPF/PR, multiplicados pelo número de meses de funcionamento naquele período.

Art. 9º - As microempresas optantes pelo Simples/PR deverão cumprir as seguintes obrigações acessórias:

I - inscrever-se no CAD/ICMS;

II - emitir documentos fiscais para documentar as entradas e as saídas que promover;

III - escriturar os livros Registro de Entradas e Registro de Saídas, os quais se prestarão aos demais registros que a legislação determinar;

IV - apresentar, mensalmente, GIA/ICMS, cuja forma e prazo observará o disposto em norma de procedimento, excetuadas as microempresas enquadradas na faixa “A”;

V - preencher e entregar, anualmente, a Declaração Fisco-Contábil Simplificada;

VI - manter toda a documentação relativa aos atos negociais que praticar ou em que intervier, até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações ou prestações a que se refiram.

§ 1º - A microempresa deverá proceder ao levantamento dos estoques em 31 de dezembro de cada ano, escriturando a quantidade, descrição e valor dos produtos no livro Registro de Entradas ou no livro Registro de Inventário.

§ 2º - Fica facultado às microempresas, faixa “A”, em substituição à utilização do livro Registro de Saídas, a escrituração dos documentos fiscais de saída na coluna “Observações” do livro Registro de Entradas.

§ 3º - As microempresas enquadradas no Simples/PR deverão manter em seus estabelecimentos, em local visível ao público, placa indicativa que esclareça tratar-se de microempresa enquadrada no Simples/PR com o respectivo número da inscrição no CAD/ICMS.

Art. 10 - Para os fins do disposto no inciso II do artigo anterior, os documentos fiscais emitidos pelas microempresas optantes pelo Simples/PR:

I - não deverão conter o destaque do ICMS;

II - deverão conter impressa, ainda que por meio de carimbo, a expressão "Documento Emitido por Microempresa Optante pelo Simples/PR - Não gera direito a crédito de ICMS".

Art. 11 - Procedimentos contrários às disposições deste capítulo sujeitam a microempresa às penalidades previstas no artigo 55, da Lei nº 11.580/96, de conformidade com o ilícito praticado.

Parágrafo Único - O titular ou sócio responderá solidariamente pela aplicação deste artigo, ficando ainda impedido de optar, em qualquer outra empresa, pelo Simples/PR.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A presente medida em muito favorecerá as pequenas e microempresas de nosso Estado. Pois, é de notório conhecimento que a maioria delas está lutando pela própria sobrevivência, devido às dificuldades impostas pela atual situação econômica brasileira e mesmo mundial.

A ampliação dos parâmetros de enquadramento do Simples Paraná alavancará melhores condições de desempenho para as pequenas e microempresas, estimulando-as a gerir novos recursos que fomentarão a economia formal paranaense, aumentando com isso, a taxa de empregos e incrementando a receita tributária do Estado através dos impostos devidos.

Com a aprovação desta medida ganha o Estado do Paraná e ganha o povo paranaense, pelo que esperamos poder contar com o apoio de meus pares nesta colenda Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 556/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Passam os estabelecimentos portadores de autorização emitida pela Secretaria da Fazenda especificamente para importar mercadorias através da Estação Aduaneira Interior de Maringá, e receber o seguinte tratamento tributário em relação ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS:

I - renovação dos valores e prazos de fruição concedidos na autorização para importação de mercadorias;

II - o imposto incidente nas operações realizadas pelos importadores autorizados será apurado e recolhido com observância das mesmas condições e prazos previstos ao tempo da expedição das autorizações.

Parágrafo Único - Os valores e o prazo de fruição serão renovados automaticamente cada vez que se esgotarem, desde que a empresa esteja em dia com suas obrigações fiscais e permaneça operando na importação de mercadorias através da Estação Aduaneira Interior de Maringá - EADI.

Art. 2º - O regime fiscal previsto nesta lei não alcança os estabelecimentos que:

I - tiveram suas autorizações canceladas;

II - não iniciaram as operações no prazo da autorização;

III - estejam inadimplentes com seus compromissos fiscais decorrentes das citadas autorizações;

IV - possuam débitos inscritos em Dívida Ativa do Estado.

Art. 3º - Será excluída do regime especial, de que trata esta lei, o estabelecimento que deixar de pagar o imposto nas condições e nos prazos referidos no inciso II do artigo 1º, bem como deixar de realizar importações através do EADI por um período de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos.

Art. 4º - O controle fiscal e a definição das obrigações tributárias acessórias das operações referidas nesta lei observarão a regulamentação do Poder Executivo.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei justifica-se pela necessidade de manter ativo importante segmento econômico regional, protegendo o emprego e gerando arrecadação tributária ao Estado e Municípios, conforme se verá a seguir.

O Governo do Estado do Paraná, pelo Decreto nº 3.708, de 31 de outubro de 1977, criou um mecanismo fiscal para estimular as atividades de importação de mercadorias do exterior pelas empresas situadas no interior do Estado.

A citada norma concedeu prazo especial de pagamento do ICMS devido pelas importações e operações seguintes realizadas pelos importadores autorizados, de modo que 20% do valor devido passe a ser recolhido ao Estado no prazo normal e 80% com carência de 48 meses.

Por outro lado, exigia determinadas condições a serem cumpridas pelas empresas para que pudessem obter autorização para participar do citado regime fiscal,

como a instalação de estabelecimento no Paraná, a realização de investimentos e a geração de empregos.

Outra condição prevista era a de que tais empresas realizassem suas importações através da Estação Aduaneira Interior de Maringá (EADI-Maringá).

Com isso, nos anos de 1998 e 1999, mais de duas dezenas de empresas instalaram-se na região, deixando de importar pelos Estados que tradicionalmente importavam, passando a operar através da EADI-Maringá, gerando e recolhendo ICMS que não existiria não fosse o referido regime, cujos valores serão na sequência demonstrados.

As operações de importação de mercadorias geram para o Estado de localização do importador a incidência do ICMS sobre o valor integral da importação constante dos documentos de desembaraço aduaneiro das mercadorias, bem como sobre a subsequente saída do estabelecimento importador.

É oportuno observar que o Brasil oferece um fértil mercado para produtos importados, que vem se expandindo a taxas elevadas ano após ano. Incentivar empresas paranaenses a concorrer no mercado de produtos importados, além dos benefícios sociais e econômicos, como emprego e renda no interior do Estado, gera receitas importantes de tributos para os cofres do Estado e dos municípios, fortalecendo, sem dúvida, o Estado do Paraná.

A realidade é que o país compra no exterior e consome produtos importados, quer como matérias-primas e insumos industriais, quer como produtos para comercialização.

A tendência é de que essas operações se ampliem, inclusive, acima da taxa de crescimento da economia nacional que deve girar em torno de 4% ao ano.

Embora dúvidas não devam restar de que o caminho para o desenvolvimento sustentado do país, requer crescimento de suas exportações para o exterior, tendo em vista a necessidade de geração de divisas internacionais para o pagamento da dívida externa brasileira ante os escassos limites atuais para o endividamento público. Também dúvidas não restam que o comércio internacional é uma via de mão dupla, sendo que do incremento das exportações decorrerá fatalmente de um considerável incremento das importações, tanto de equipamentos e insumos industriais como de outras mercadorias cuja produção interna mostra-se insuficiente.

As importações brasileiras giram em pouco mais de 50 bilhões de dólares americanos anuais permitindo com isso uma receita potencial de ICMS para os Estados da ordem de aproximadamente 10 bilhões de dólares americanos, qualquer coisa beirando a casa do vinte e sete bilhões de reais por ano.

O Estado do Paraná não pode fechar os olhos para essa realidade, até porque, se a importação ocorrer através de outros Estados o ICMS será devido lá fora.

Alguns Estados brasileiros que possuem programas específicos de apoio às importações, além de estarem

obtendo uma substancial receita de ICMS, vêm desviando importações do Paraná, com que o imposto que poderia ser pago aqui seja recolhido lá. Nestes casos quando a mercadoria posteriormente ingressa no território do Estado, já o faz na condição de produto nacionalizado, em operação de mercado interno em que o imposto é devido ao Estado de origem, ou seja aquele por onde a mercadoria foi importada, gerando aqui no Estado do Paraná créditos fiscais e não mais receita tributária.

É importante repetir que toda movimentação econômica, todos os tributos gerados e recolhidos, todos os empregos gerados, representam incremento nos aspectos econômico, tributário e social que evidentemente o Estado não teria e que outros Estados seriam beneficiados.

A continuidade dessas operações não deve ser interrompida sob pena de prejudicar empreendimento paranaense e o próprio Estado, pois, além de outros aspectos, perderá significativa parcela de arrecadação.

Para se ter uma idéia o programa paranaense de apoio aos importadores que atuam através da EADI Maringá representa números muito importantes no incremento dessas operações no Estado, destacando-se os seguintes:

1) Importações no período: R\$764.352.820,21

(o montante dessas importações somente ocorreu pelo Estado do Paraná em virtude do regime especial)

2) ICMS gerado no período: R\$114.633.280,90, sendo R\$22.700.554,37 recolhido no período de apuração das operações, e R\$91.932.726,53 em recolhimento a partir da carência concedida pelo regime (essa arrecadação seria zero não fosse as importações realizadas pelo Paraná, via EADI)

3) Tributos Municipais R\$229.758,02 (ISSQN e IDR); igualmente o município vem arrecadando valores que não existiriam).

4) Tributos Federais R\$177.816.214,28 (PIS: R\$4.393.326,21, COFINS: R\$19.778.124,01, II: R\$69.754.722,35, IPI: R\$83.890.042,71);

5) Empregos diretos: 207;

6) Empregos indiretos - 233.

Diante destes números e dessa realidade fática é que se propõe o presente projeto de lei, para que tão importante regime fiscal que beneficia não só a economia regional, mas também os cofres estaduais possa continuar gerando empregos, oportunidades e renda em uma atividade em que não sobrevive quem não é criativo e competitivo.

PROJETO DE LEI Nº 557/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica ampliada a finalidade da doação feita à Sociedade Eunice Weaver do Paraná, a associação civil,

anteriormente denominada Sociedade de Assistência aos Lázaros do Paraná, através do Decreto lei nº 12.202 de 26 de novembro de 1941, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná, em 29 de novembro de 1941, referente a área abaixo individualizada:

Descrição: Área de terreno urbano situada na Rua Mercedes Seiler Rocha nº 79, Bairro Bacacheri, nesta Capital, com indicação fiscal nº 56.045.001.000-9, com área total de 199.005m (cento e noventa e nove mil e cinco metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Frente: 236,51m, com a Rua Mercedes Seiler Rocha; Direita: 518,56m, com terrenos que possuem as seguintes indicações fiscais: nº 58.217.012.000 - nº 58.217.008.000 - nº 58.217.013.000 - nº 58.217.004.000 - nº 58.216.011.000 - nº 58.216.007.000 - nº 58.216.012.000 - nº 58.216.001.000 - nº 58.216.002.000 - nº 58.216.003.000 - nº 58.215.020.000 - nº 58.215.006.000 - nº 58.215.023.000 - nº 58.215.002.000 - nº 58.211.017.000 - nº 58.211.001.000 - nº 58.210.001.000.

Esquerda - 588,45m, com o terreno que possui a indicação fiscal nº 56.046.001.000 e aos Fundos - 506,438m, com o terreno que possui indicação fiscal nº 56.046.001.000.

Art. 2º - O imóvel, a que se refere o artigo 1º desta lei, será destinado pela Sociedade Eunice Weaver do Paraná, ao atendimento médico, educacional e social de crianças e adolescentes de ambos os sexos, em especial aos doentes, em situação de risco ou deficientes, através de atendimento profissionalizante, psicológico, assistencial, educacional, material e outras atividades afins, bem como a promover e apoiar a pesquisa científica, com prioridade aos filhos sadios de hansenianos.

Parágrafo Único - Com objetivo de melhor cumprir a finalidade a que se destina a área, a donatária poderá firmar contratos e convênios com outras entidades que tenham o mesmo objetivo.

Art. 3º - Caso não sejam observadas as finalidades previstas no artigo anterior, a doação torna-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que por ventura venham ser edificadas ao patrimônio do Estado, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 4º - Ficam ratificados os atos praticados em decorrência do Decreto Lei nº 12.202, de 26 de novembro de 1941, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná, datado de 29 de novembro de 1941.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de ampliar a finalidade da doação à Sociedade

Eunice Weaver do Paraná, de imóvel situado em nossa Capital.

Em 1941, através do Decreto-Lei nº 12.202, de 26 de novembro, o Poder Executivo Estadual cedeu, por doação, o referido imóvel a então Sociedade de Assistência dos Lázaros do Estado do Paraná.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 11 de fevereiro de 1971, foi alterado o estatuto e a denominação da entidade, que passou a denominar-se de Sociedade Eunice Weaver do Paraná.

Com o abrandamento da doença a Sociedade passou a exercer atividades mais amplas, cuidando de crianças até a idade 14 anos, com a criação de serviços de preservação e assistência, não somente aos filhos de hansenianos, mas para o público em geral, sempre com finalidade social e comunitária.

Hoje, existe a necessidade premente da construção de novas instalações para execução dos objetivos de criação da entidade e para que isso aconteça precisamos do apoio dos nossos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 558/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A Administração Pública direta e indireta bem como as pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviços públicos ficam proibidos de inscrever o nome ou CPF de cidadãos inadimplentes, residentes ou domiciliados no Estado do Paraná, em qualquer tipo de cadastro de devedores.

Art. 2º - Fica suspensa a execução de contrato ou ajuste a qualquer título, firmado entre a Administração Pública direta e indireta e os dominados "serviços de proteção ao crédito", expressão genérica que abrange empresas, sistemas e serviços de cadastro de devedores.

Parágrafo Único - Compete a Secretaria do Planejamento, proceder o levantamento e bloqueio dos recursos orçamentários e extra-orçamentários administrados por órgãos e quaisquer das entidades de que a Administração Pública Estadual participe, recolhendo os respectivos instrumentos, suspensos nos termos deste artigo.

Art. 3º - As pessoas jurídicas de direito privado que mantiverem contratos com os "serviços de proteção ao crédito" ficam proibidas de contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado do Paraná, bem como não poderão receber qualquer benefício ou isenção, inclusive de caráter tributário.

Art. 4º - A Administração Pública direta e indireta e as pessoas jurídicas de direito privado prestadora de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, por violação desta lei, causarem aos cidadãos

residentes e domiciliados no Estado do Paraná, assegurado o direito de regresso contra o agente responsável.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.2002.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

O descaso do poder público federal com o cidadão brasileiro é, lamentável, sobretudo quando reafirma de maneira plena e insofismável o seu fascínio e a sua opção em beneficiar, a qualquer preço, o Sistema Financeiro, em detrimento de direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição Federal aos Cidadãos Brasileiros.

Por isto a justificativa deste projeto há de ser contundente e sem rodeios: Este projeto de lei visa romper, no Estado do Paraná, o elo de uma “máquina de corrupção, extorsão e exclusão social”, formada e comandada:

1 - **Pela União**, através da SRF - Secretaria da Receita Federal; do CODEFAT - Conselho Deliberativo do FAT; CEF - Caixa Econômica Federal; BB - Banco do Brasil e BNDES - Banco de Desenvolvimento Econômico e Social;

2 - **Pela Febraban** - Federação Brasileira das Associações dos Bancos, CNPJ/MF Nº 00.068.353/0002-04;

3 - **Pela Serasa** - Centralização dos Serviços dos Bancos S/A, CNPJ Nº 62.173.620/0001-80.

Senhores parlamentares, pretendo ao longo desta justificativa deixar caracterizado o que qualifico como “máquina de corrupção, extorção e exclusão social” mas, antes, para introduzi-los no tema deste projeto de lei, e referendar a sua discussão do ponto de vista técnico-jurídico, vou transcrever e contextualizar trechos de alguns documentos de conhecimento público, já divulgados, sobre o assunto.

Na modalidade dos “contratos eletrônicos” da constituição de “empresa laranja” e dos contratos sem assinatura” basta dispor de nome, CPF, filiação, endereço e o “contrato” pode ser facilmente efetivado. Pois bem, os dados a seguir contemplam, com sobra, todos os requisitos necessários para que qualquer pessoa faça um contrato simulado em nome de outra pessoa, por diversão, vingança, maldade ou proveito financeiro sabendo que o nome utilizado será “negativado” pela Serasa.

“Fernando Henrique Cardoso”, “CPF: 062446028-20”, grafia FERNANDO HENRIQUE CARDOSO”, Data Nasc. 18.06.1931”, “Mãe NAYDE SILVA CARDOSO”, “Sexo (M/F) M”, “Estado Civil CASADO” “E escolaridade 3 SUPERIOR COM”, “Carteira de Trabalho 9999 Número 0000099”, “Fone Residencial 0011 8266340”, Ender. R MARINHO 1019 14 And.”, “Bairro HIGIENOPOLIS”, Cidade SÃO PAULO”, “UF SP”, “CEP 012450-000”, “Ocupação 4 FUC PUB” “Empresa PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA”, “Desde 01 1995”.

Estes dados foram comprados da SERASA e são os dados ditos “sigilosos” do Excelentíssimo Senhor presidente da República, registrados em uma das vinte e duas Escrituras Públicas lavradas por Dr. Ângelo Volpi Neto, Oficial do 7º Tabelionato, desta Capital, a pedido do advogado Dr. Edilson Galdino Vilela de Souza.

O componente estorcedor é que dados sigilosos, similares a estes, são vendidos pela Serasa independente de terem sido liberados pelos cidadãos que tem seus dados comercializados.

1 - Liberação dos dados sigilosos

Ora, se os dados pessoais e sigilosos não são cedidos pelo cidadão, é necessário saber a fonte de onde eles provêm. Neste sentido, transcrevo trecho de uma das quatro Ações Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal de São Paulo tendo como réus: a União, a Febraban e a Serasa, e como autor o Ministério Público Federal, representado pelo eminente procurador federal, Dr. André de Carvalho Ramos.

“As informações disponibilizadas pela União à Febraban e à Serasa são informações que os cidadãos confiam à Receita Federal e instituições financeiras imbuídos da certeza de que serão mantidos sob absoluto sigilo.

Comunicam seus endereços, suas rendas, o endereço de suas empresas, dados sobre suas atividades econômicas, nomes de pai e mãe, tudo isso com a mais plena certeza de que somente o Estado, no interesse da administração da coisa pública, deles terá conhecimento e acesso.

Ademais, sabe o cidadão que o uso, por parte do agente público, de tais informações para fins privados será duramente punido por meio do recurso às sanções penais e mesmo cíveis mencionadas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8429/92).

Mas não é isso o que vem ocorrendo.

Como resultado do convênio em tela, potencialmente qualquer pessoa que tenha acesso aos serviços da Serasa poderá obter informações sobre, literalmente, qualquer pessoa física ou jurídica que seja contribuinte do Fisco”.

O convênio a que se refere o Ministério Público de São Paulo foi firmado em 19 de junho de 1998 e diz textualmente:

“A SRF fornecerá à Febraban, por meio magnético ou eletrônico, inicialmente todo o universo constante dos Cadastros de Pessoas Jurídicas e Físicas, e diariamente a atualização das informações compreendendo:...”

A confirmação deste fato e da sua utilização para fins meramente comerciais está em uma das vinte e duas Escrituras Públicas, já referidas, lavradas pelo Tabelião do 7º Ofício de Curitiba:

“Em toda a consulta, é efetuada a confirmação da razão Social ou do nome correspondente ao documento consultado, por meio do cadastro Serasa de confirmação

de documentos, composto pelo cadastro fornecido à Serasa pela Receita Federal”.

“Reunindo informações sobre mais de 116 milhões de consumidores, o Credit Bureau dispõe, ainda...”;

2 - Parceria Comercial e Exportação

Ou seja, senhores parlamentares, a Serasa vende dois milhões e meio de consultas por dia, o que equivale a mil e setecentas consultas por minuto, durante 24 horas de todos os dias da semana, e, neste “Comércio” a União, através da Secretaria da Receita Federal, é Parceira Comercial na condição de fornecedora do principal insumo que compõem os “produtos” Serasa: os dados sigilosos confiados ao fisco por todos nós, cidadãos brasileiros.

A parceria comercial da União com a Serasa é “tão exitosa” que virou “produto de exportação”. Vejam, senhores parlamentares, o que diz a Serasa em documento convertido em uma das Escrituras Públicas já referidas:

“A Serasa fornece um conjunto de serviços de informação dirigida ao mercado estrangeiro - sobre diferentes segmentos da economia, bem como relatórios com passado detalhado e análise econômico-financeira sobre todas as companhias existentes no Brasil. Entre as empresas estrangeiras, há companhias com cobertura mundial e líderes em seus segmentos”.

3 - Violação à Constituição Federal

Senhores parlamentares, vejam como o Ministério Público avalia esta conduta. Transcrevo, a seguir, trecho da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal de São Paulo, Processo nº 2001.61.00.014465-9, em tramitação na 15ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, tendo como réus: Febraban, Serasa e União:

“A continuação da divulgação de dados sigilosos por parte da Serasa representa gravíssima e permanente subversão de todos os valores e princípios incutidos na Carta Magna e na legislação inferior, causadora de danos morais seriíssimos.

De fato, a não suspensão imediata do convênio impugnado e da remessa de dados fiscais sigilosos nos remeteria a uma situação, no mínimo, insólita, uma vez que somente órgãos públicos, como a Receita Federal, Ministério Público e Poder Judiciário, podem ter acesso a tais dados, na busca de interesse relevante.

Ou seja, o sigilo fiscal é bem jurídico que merece proteção atenta, permanente e feroz face às invasões de particulares, não comportando reticências ou delongas, sob pena de se ver gerar graves danos.

Mantida a livre distribuição pelo Serasa dos dados da Secretaria da Receita Federal, o que se estará permitindo, na verdade, é que dados cujo acesso só é lícito à administração pública ou ao Ministério Público e Poder Judiciários, sejam comercializados pela Serasa, entidade privada...

Tal situação, quase inimaginável, e que vem ocorrendo já a longos anos, deve ser imediatamente reme-

diada, sob pena de total descrédito das instituições que sustentam nosso ordenamento jurídico. Isso sem mencionar os imediatos danos impingidos diretamente aos consumidores nacionais”.

4 - Parceria Fiscal

Além da parceira comercial, como fornecedores de dados sigilosos à Serasa e à Febraban, a União, através da SRF - Secretaria da Receita Federal, resolveu conceder um benefício fiscal e isentou a Serasa do pagamento do Imposto de Renda pelo período de 5 anos, com base na decisão administrativa, nº 10804/DT-03/97-SRF, proferida nos autos do processo nº 10880.000607/97-54, que tramitou e está arquivado na DAMF-SP, caixa nº 1.537/97.

A evasão fiscal se completa com a sonegação dos impostos municipais que não podem ser calculados em função de a “Nota Fiscal” emitida pela Serasa, violar todos os meios de controle oficial. A Serasa paga o que quer aos municípios, como uma forma de “gorjeta” uma espécie de “cala-boca”.

5 - CPI Sobre o Caso Serasa na Câmara dos Deputados.

Transcrevo, a seguir, o artigo 1º do Projeto de CPI, assinado por 174 senhores deputados federais, em tramitação, na Câmara dos Deputados, sob número 0135/2001:

“Art. 1º - Fica instituída Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigação a divulgação indevida de dados relativos a pessoas físicas, como Fernando Henrique Cardoso, Itamar Franco, Hebe Camargo, José Genoíno, além de outras constantes do CD anexo, disponibilizados por meio do “site” www.serasa.com.br realizada pela Serasa - Centralização de Serviços dos Bancos S/A.

Parágrafo Único - Sem prejuízo de outras atribuições decorrentes da natureza de suas funções, a CPI referida no *caput* deste artigo concentrará suas atividades na investigação da Serasa e respectivo banco de dados, com ênfase na sua forma de constituição; abrangência e profundidade; participação de órgãos e entidades públicas; apropriação, privatização, divulgação e comercialização; parcerias e beneficiários nacionais e internacionais; sonegação e evasão fiscal e de divisas; existência de controle e fiscalização pública; lesividade ao Estado Democrático de Direito e violação de direitos públicos e individuais inalienáveis e indisponíveis”.

6 - Coação Ilegal e Extorsão aos “Sujos” e “Negativados”

Os “dados sigilosos” postos à venda pela Serasa são acessados por 560.000 empresas que pode agregar informações falsas ao nome de qualquer cidadão. Estas informações, ainda que falsas, geram a pecha de “sujo” ou “negativado” ao nome do cidadão que, certamente, será vítima de coação ilegal e extorsão, por um dos componentes da “máquina de corrupção” pois é assim que o

sistema é alimentado, tendo por base o sigilo, a reciprocidade e a irresponsabilidade fiscal entre os seus “parceiros”.

Transcrevo trecho de representação dirigida pelo advogado, economista e professor universitário, Edson Vilela, à Procuradoria da República do Distrito Federal, em junho de 2002:

“2 - Coação Ilegal Irresistível - A discriminação imposta, unilateralmente, pela Serasa aos ‘negativados’ é aceita como verdade absoluta e incontestável pela União que além de descumprir os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, fixados pelo artigo 3º, inciso IV, da Constituição Federal, reproduz em ‘atos administrativos’ do ‘Estado Brasileiro’, a expressão ‘negativado’ com a finalidade vil e torpe de respaldar, referendar e fortalecer a Serasa - Centralização dos Serviços dos Bancos S/A, perante os indefesos e subjugados ‘negativados’, que passam da condição de ‘cidadãos brasileiros’ para a condição de casta social denominada ‘sujos’ e ‘negativados’. Esta casta social constitui-se de cidadãos brasileiros, civilmente mortos: são os ‘sujos’ e ‘negativados’, condenados, sem direito de defesa, por juízo de exceção. Totalizaram 40 milhões de párias transferidos do Estado Democrático de Direito para o Estado de exceção: “sem-nome”, “sem-crédito”, “sem-FAT”, “sem-financiamento-habitacional”, “sem-concurso-público”, “sem-emprego”, “sem-direitos-constitucionais”.

Isto porque o “Estado Brasileiro” confere à Serasa - de forma dolosa (sabendo, perseguindo e publicando o resultado desejado), - o status de estado de exceção com poderes para julgar, condenar e executar seus próprios atos contraditórios, “cidadãos” excluídos da vida civil brasileira.

“3. Extorsão - Como decorrência direta da coação ilegal irresistível aos ‘negativados’, com participação efetiva do ‘Estado’, sugere um vasto mercado ‘explorado’ por empresas e escritórios ‘especializados’ em um ‘serviço’ denominado ‘limpe seu nome’, onde os cidadãos brasileiros, ‘negativados’, já sob coação ilegal irresistível, sujeitam-se a extorsão para limpar o nome que vai sendo, alternadamente, limpo/sujo/limpo/sujo/limpo/sujo, numa seqüência infindável e infernal de desalento, medo, opressão, terror, sofrimento físico e moral, permanentes e continuados”.

Na petição inicial dos autos nº 2001.61.00.017327-1, em tramitação na 24ª Vara Federal da Cidade de São Paulo, o MPF de São Paulo, representado pelo eminente procurador federal, Dr. André de Carvalho Ramos, assim sintetiza o chamado “produto” “Pefin - Pendências Financeiras” vendido pela Serasa:

“2.8. Síntese dos Fatos

Em suma, os fatos que se relatam são os seguintes:

- A Serasa recebe dados de qualquer pessoa jurídica que esteja apta a contratar seus serviços, sem qualquer tipo de verificação sobre sua veracidade ou procedência.

- As informações constantes do Pefin são utilizadas por empresas na avaliação de candidatos a empregos, descartando sumariamente pretendentes com débito em atraso.

- O produto Pefin é facilmente utilizado para criar restrições cadastrais inexistentes, contra pessoas que não possuem qualquer pendência financeira”.

Diante deste quadro desalentador cabe registrar, para conhecimento de V. Exas. e para o registro desta Casa Legislativa, a forma pela qual uma das 560.000 empresas-clientes da Serasa dirige-se a um pseudodevedor:

“Prezado Senhor,

Recebemos documentação que acusa a existência de parcela em atraso no seu nome, e que até o presente momento continua pendente.

Caso V. Sa. já tenha efetuado o pagamento, pedimos a gentileza de apresentar-nos o comprovante para que possamos regularizar a pendência junto ao credor.

Confirmada a falta de pagamento da parcela, convidamos V. Sa. a procurar nosso escritório, no prazo de cinco dias úteis, para encontrarmos uma solução amigável que possibilite saldar o débito. Não havendo resposta dentro do prazo estipulado, seremos obrigados a fazer a inclusão do seu nome no cadastro de devedores do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC - Serasa), medidas que causarão, entre outros transtornos, a impossibilidade de:

- abrir contas e/ou renovar limite em bancos;
- participar de financiamento para aquisição da casa própria;
- fazer qualquer tipo de crediário;
- participar de concursos públicos e licitações;
- adquirir novos empregos, pois a grande maioria das empresas consultam o SPC antes de contratar seus funcionários.

Senhores parlamentares, “negativar” e “sujar” nome é coação ilegal. Não é o nome do devedor que responde pelo débito. Com o nome “negativado” ou “sujo” e sem possibilidade de obter emprego, empréstimo, movimentar conta, alugar imóvel, comprar a crédito, participar de concurso público, etc, o devedor acaba “dando um jeito” de pagar o que deve e o que não deve e é exatamente nisto que consiste a coação ilegal irresistível, a extorsão e a corrupção, sob o comando da União e dos seus parceiros Febraban e Serasa.

Como V. Exas. sabem, quem responde pelo débito é o patrimônio, que, na forma da lei, pode ser penhorado, pelo Estado-juiz, para obrigar o devedor solvente a pagar ao credor o valor, judicialmente, apurado e devido.

7 - Recurso do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador servem de “isca” na parceria da União com a Febraban e Serasa.

Os recursos do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador, que conforme Ata de nº 70 do Codefat, datada de 19 de fevereiro de 2002, totaliza R\$63.000.000.000,00 (sessenta e três bilhões de reais), estão sob rigoroso con-

trole da “máquina de corrupção, extorsão e exclusão social”. Para esclarecer esta denominação creio que bastará transcrever alguns trechos da lei que instituiu o FAT e o Codefat, juntamente com alguns dos expedientes usados pelo Codefat. O FAT e o Codefat foram instituídos pela Lei nº 7998 de 1990, nos termos seguintes:

“Art. 10 - É instituído o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, vinculado ao Ministério do Trabalho, destinado ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, ao pagamento do abono salarial e ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico. (grifos nossos)

Parágrafo Único - o FAT é um fundo contábil, de natureza financeira, subordinando-se, no que couber, à legislação vigente”.

“Art. 18 - É instituído o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - Codefat, composto de 9 (nove) membros e respectivos suplentes, assim definidos:

I - 3 (três) representantes dos trabalhadores;
II - 3 (três) representantes dos empregadores;
III - 1 (um) representante do Ministério do Trabalho;
IV - 1 (um) representante do Ministério da Previdência Social;

V - 1 (um) representante do BNDES.

§ 1º - O mandato de cada conselheiro é de 3 (três) anos.”

Em vez de cumprirem o artigo 10 da Lei 7998/90 e promoverem o “financiamento de programas de desenvolvimento econômico”, com os 63 bilhões de reais disponíveis do FAT, a União, através do Codefat, o BNDES, o Banco do Brasil e a CEF - Caixa Econômica Federal, preferem manter estes recursos em benefício da “máquina de corrupção, extorsão e exclusão social”.

Vejamos, senhores parlamentares, como os recursos do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador, com 63 bilhões de reais, em caixa, servem aos interesses de cada um dos parceiros da “máquina de corrupção, extorsão e exclusão social”, em detrimento do interesse público e dos 40 milhões de cidadãos brasileiros “negativados” e potencialmente sujeitos à extorsão pelo subsistema de corrupção, sob controle estrito da Serasa e das suas “empresas-clientes”.

Os 63 bilhões de reais do FAT ficam, “depositados” nos bancos oficiais: BNDES; BB e CEF sendo remunerados a taxas de juros subsidiadas enquanto estes mesmos bancos emprestam os recursos, neles depositados, a taxas de mercado a seus clientes privados e a seus clientes de cheques especiais, auferindo lucro fácil, tendo como regra a ineficiência e a ilegalidade.

Ao pretender tomar empréstimos do FAT o cidadão “negativado” ou “sujo” terá que antes “limpar” o nome, ou seja, pagar o que lhe é cobrado e mais uma taxa de extorsão para “limpar” o nome. Esta taxa de extorsão varia de credor para credor e é paga sem qualquer recibo e fica “por baixo do pano”.

Desta forma, os bancos oficiais ganham, os bancos privados ganham, a Serasa ganha e o Brasil perde. Os recursos do FAT que, pela lei, deveriam servir à inclusão social, passam a funcionar apenas como uma “isca” para atrair novas vítimas de extorsão, dentre os cidadãos “negativados”.

Cabe aqui reafirmar que o nome do devedor ou pseudodevedor é “sujo” ou “negativado” como forma ilegal e imoral de coagi-lo a pagar o que não deve, pois quem responde pelo débito é o patrimônio econômico-financeiro e não o “nome”.

O nome é patrimônio moral que integra a personalidade. E não se pagam dívidas com direitos de personalidade que são, por natureza, inalienáveis e inegociáveis, cabendo ao Ministério Público a sua defesa como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito.

Para que Vossas Excelências possam avaliar o desvio de poder, a forma sórdida como se configura o caminho dos crimes institucionais, praticados pela “máquina de corrupção” montada com a participação efetiva da União, transcrevo, a seguir, alguns dos expedientes utilizados pelo Codefat:

Codefat - Ata 70 de 2002, trecho da folha 03:

“Acrescentou que as receitas do FAT derivavam de aplicações financeiras, realizadas através de depósitos especiais e extra mercado, indicando o crescimento dos depósitos especiais e dos empréstimos ao BNDES, que eram recursos capitalizados do FAT, e que demonstravam a variação do patrimônio do programa de R\$ 53 bilhões para R\$ 63 bilhões”...

Vejam-se, na seqüência, outros trechos de expedientes utilizados pela Codefat em relação aos cidadãos com nomes “negativos” ou “sujos”:

Resolução 273 de 21 de novembro de 2001

“Art. 5º - As bases operacionais gerais do FAT-Habitação são as seguintes: I a IV - (omissis);

V - Restrições: aos impedimentos de operar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e aos negativados no Cadin, Serasa e CCF.”

Resolução 275 de 21 de novembro de 2001

“Art. 1º - Instituir a linha de crédito especial denominado Proger - Novo Empreendedor, no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda - Proger Urbano, para a concessão dos financiamentos de que trata o Programa de Crédito Orientado para Novos Empreendedores objeto do Termo de Cooperação Técnica MTE/Codefat nº 01/2002 - BB/Sebrae.” I a IX - (omissis);

X - Inscrição e Seleção: a) - (omissis);

“b) seleção: os inscritos passarão por um processo de seleção e entrevista pelo Sebrae, onde serão avaliadas suas possibilidades de empreender, sua concepção de negócio e sua situação cadastral e dos demais sócios, se foro o caso, junto ao SPC, Cadin, Serasa e CCF - em caso

de restrição o candidato estará automaticamente desclassificado;”

XI a XVI - (omissis);

“XVII - Impedimentos: impedidos de operar pelo Bacen e negativados no SPC, Cadin, Serasa e CCF;”

Setor Informal

1. Finalidade:

“Apoio financeiro, mediante abertura de crédito fixo ao setor informal da economia, objetivando sua integração ao setor produtivo formal da economia e a geração de emprego e renda.

2. Beneficiários:

Pessoas físicas que atuam no setor informal da economia (empreendimentos de caráter Domiciliar, artesãos e outros que comprovadamente assim sejam caracterizados), desde que não inseridos no Cadin, SPC e Serasa, observadas as normas gerais de concessão de crédito do Banco do Brasil”

Profissional Liberal

1. Finalidade:

“Apoio financeiro, mediante abertura de crédito fixo, objetivando o aumento da produtividade, a manutenção/geração de emprego e renda e fixação dos profissionais liberais em suas regiões de origem.

2. Beneficiários:

Profissionais liberais de nível médio e superior, desde que não inseridos no Cadin, SPC e Serasa”.

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

1. Finalidade:

“Apoio, mediante abertura de crédito fixo a projetos de investimento e capital de giro associado, que proporcionem a geração ou manutenção de emprego e renda.

2. Beneficiários:

Firmas individuais e pessoas jurídicas, inclusive as em fase de implantação, de direito privado, de micro e pequeno portes, desde que não inseridas no Cadin, SPC e Serasa.”

Cooperativas e Associações de Produção

1. Finalidade:

“Apoio a investimento fixo e de capital de giro para empreendimentos de cooperativas e associações, exceto as de crédito, que visem a geração de emprego e renda.

2. Beneficiários:

Obs.: desde que não inseridas no Cadin, SPC e Serasa.”

Pedido de Adesão

Senhores parlamentares, na condição de deputado estadual, estou cumprindo apenas o meu dever e por isso conclamo os meus pares, em nome da dignidade desta Casa Legislativa e do Povo Paranaense, acolher e aprovar este projeto de lei, para dificultar a ação nefasta, desta empresa que, na prática, assalta a economia popular. A

rigor este projeto de lei tem por objetivo a defesa do Estado democrático e dos direitos inalienáveis da pessoa humana, formalmente garantidos pela Constituição Federal.

PROJETO DE LEI Nº 559/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Convivência Menina Mulher - CCMM, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.08.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Convivência Menina Mulher - CCMM, localizado no bairro Parolim, desta capital, vem desenvolvendo um importante trabalho desde a sua fundação - em 1995.

A Instituição surgiu como resposta à CPI da Prostituição Infantil que verificou uma série de problemas na área, o que sensibilizou várias instituições que decidiram pela fundação da entidade, que tem por objetivo a reintegração de mulheres e meninas portadoras de vírus HIV à sociedade, através do ministério de cursos semi-profissionalizantes com formação básica para o ingresso no mercado, palestras informativas e orientação.

As atividades são realizadas na própria sede da instituição à Rua Eugênio Parolim, nº 244 e ocorrem através de três projetos:

- Projeto Menina-Mulher
- Projeto Estendendo a Mão
- Programa Sentinela

Além destas, outras atividades são desenvolvidas ali, como: Seminários, Comemorações de data importantes, vigílias solidárias (vítimas da AIDS), chás beneficentes, atividades de integração, campeonatos, confraternizações e campanhas. Além destas, várias atividades culturais, visando sempre a reintegração das meninas, a orientação, educação e condições de uma vida mais digna.

Pela documentação acostada, verificamos o elevado trabalho de cunho social que vem se desenvolvendo, pelo que solicitamos seja declarada de Utilidade Pública.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Conforme entendimento das nossas Lideranças, vamos dar a palavra ao Sr. Reni G. de Lima, presidente da Associação Municipal dos Suinocultores de Pato Branco que falará em nome de toda a classe produtiva desse Estado, no setor de suinocultura.

Com a palavra, o companheiro Reni.

O SR. RENI G. DE LIMA

Meu particular amigo Hermas Brandão, deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa; demais componentes da Mesa; senhores deputados; deputado lá do Sudoeste, Augustinho Zucchi; presidente da Associação Paranaense; Laudomiro Ferreira, presidente da Associação Paulista que hoje nos prestigia; demais autoridades; presidentes das regionais; amigos suinocultores:

Hoje, estamos aqui em Curitiba reivindicando um preço de suíno que para nós, senhores deputados, é uma vergonha. É uma vergonha o preço hoje recebido por esse produto tão nobre e que representa hoje, no Estado do Paraná, a quinta força econômica, nós estaremos amargando um prejuízo em torno de R\$50,00 por cabeça comercializada. Os senhores tenham a idéia de quanto tempo nós perduraremos na atividade!

Nós queremos lembrar um fato muito importante que aconteceu aqui na Assembleia, que foi a Lei Brandão. A Lei Brandão veio para auxiliar e para ajudar o setor produtivo primário, mas nada disso chegou aos produtores. Nós não tivemos resquício nenhum dessa redução de ICMS! Quem realmente se aproveitou dessa situação, foram os outros segmentos à frente do produtor;

O que nós queremos demonstrar hoje, senhor presidente, é que estamos recebendo para o suíno acabado R\$93,00 e esse suíno abatido, com cem quilos, representa 75% de carcaça. 60% desses setenta e cinco quilos vai para exportação, o que representa quarenta e cinco quilos. A um dólar de R\$ 2,80, isso sendo bem modesto com o dólar, representa R\$3,24 o que daria R\$146,00 nos quarenta e cinco quilos de exportação. Restariam trinta quilos de outros produtos que ficariam no mercado. A um preço vil de R\$ 1,50 o quilo, seriam mais R\$45,00.

Atentem para esses números, senhores deputados! Nós vendemos por R\$93,00 o suíno de cem quilos e esse suíno abatido no frigorífico, no outro dia, é de R\$191,00.

Não chega os R\$191,00 da ganância que se pratica em cima do produtor, esse suíno vai para as grandes redes de Supermercado para ser comercializado, ele triplica de valor. Nós temos produtos, senhores deputados, com trezentos, quatrocentos por cento de aumento em cima do preço praticado ao produtor e ninguém faz nada por essa categoria.

Nós, hoje, empregamos no campo mais do que a indústria metalúrgica e basta um piscar de olhos da indústria metalúrgica, que o governo acena com socorro. Basta que um banco fraqueje, que o governo socorre com o Proer e com grandes quantias de dinheiro. Nós, há mais de 90 dias, estamos alertando o Paraná da quebradeira, de que vai acontecer com a suinocultura do Paraná, que é uma força viva, que é tradição deste estado produzir suíno e nós não estamos conseguindo ficar na atividade.

Esta Casa de Leis tem o poder, através da CPI, de chegar logo mas amanhã, em algumas coisas que cheguem para melhorar a condição e o preço para o produtor. Caso contrário, é uma atividade que irá desaparecer. Pre-

cisamos, urgentemente, deputados, do alongamento das dívidas que foram contraídas pelos suinocultores, que foram induzidos pelo próprio governo do Estado do Paraná e pelo governo federal a aumentarem a produção, porque diziam que não tínhamos carne para exportar para a Rússia e nós respondemos com a produção. Olhem o que aconteceu! Estamos com toda a produção encalhada, hoje, pagando o que querem para nós. Não temos o mínimo poder de barganha. Oferecem-nos 80, 90 centavos o quilo e temos que entregar o nosso produto. Enquanto que o nosso custo de produção gira em torno de 1,50.

Deputados! Vejam a discrepância que isso causa na atividade! Precisamos de medidas urgentes! Que os financiamentos sejam prorrogados como já falei; que o governo do Estado do Paraná ache mecanismos através da Secretaria da Agricultura, para a comercialização de milho, através da Conab, não nas condições que dão hoje - é um verdadeiro passeio de documento para conseguir comprar milho e muitas vezes o frete inviabiliza o que está lá no outro extremo do Estado.

Temos outros grandes problemas. A suinocultura, hoje, anunciou-se para salvar essa suinocultura que estamos nos referindo; 2,5 milhões através do Ministério da Agricultura - isso há 90 dias atrás. Esse dinheiro até hoje não apareceu.

Gostaríamos que a Assembleia interferisse através da CPI. Onde estão esses recursos que viriam socorrer os nossos produtores? Esperarmos mais 30, 40, 50 dias não vai resolver o nosso problema. Precisamos é de solução para amanhã. Qual vai ser o destino desses incansáveis trabalhadores, que irão fatalmente perder as suas propriedades ou sair da atividade quebrados e ir para debaixo de uma lona, em uma beira de estrada, porque não resta outro caminho, hoje.

É gritante nós termos que vir, aqui falar isso, mas é a pura realidade, senhor presidente. É uma atividade que foi e é o orgulho do Estado do Paraná.

Precisamos urgentemente que os estoques de milho produzidos no Estado do Paraná permaneçam, aqui, para o seu consumo e que não sejam transferidos para os outros Estados.

O que estamos vendo hoje: o passeio de milho de Santa Catarina. Nós, daqui a um, dois meses não teremos mais milho para alimentarmos os nossos plantéis. Esse problema vem de há muito tempo. Temos que dar um basta nisso. Temos que ter uma política definida para esse setor, que é tão importante para o Estado, como os outros setores o são para a economia.

Nós temos um cenário muito escuro para o próximo ano se não forem tomadas medidas urgentes. Existe contrato de milho já a 15, 16 reais, contrato de soja aqui 30 reais. Como é que vamos vender o nosso suíno, a que preço? Como é que vamos produzir suíno? Atentem para esses detalhes, deputados conversem com o nosso ministro da Agricultura, porque caso contrário, a suinocultura terá que ser totalmente desativada.

Dizia hoje o presidente da Associação de São Paulo, que se a suinocultura do Paraná é prejudicada, a do Estado de São Paulo também o é, ela está entrelaçada, é a única atividade que dá emprego do filho ao vovô. Não existe outra atividade que dê emprego do filho ao vovô. É a suinocultura, ou é a agricultura.

Outra aberração, senhor presidente, são os mega-projetos que o governo federal, hoje tem recursos para eles, para nós não tem, mas para esses mega-projetos que o governo federal, hoje tem recursos para eles, para nós não tem, mas para esses mega-projetos tem. Nós acompanhamos aí no Mato Grosso o que está acontecendo, com o dinheiro público. BNDES - S do Social, Social para Multinacional? Nós não conseguimos entender isso.

Então, nosso reclamo, senhor presidente, hoje, é a nossa angústia, ou se faz alguma coisa pela suinocultura já, amanhã ou ela morrerá, e os grandes responsáveis se ela morrer, são os homens públicos deste Estado, e nós iremos cobrar.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu apenas rapidamente na condição de presidente da CPI dos Alimentos quero fazer um registro aqui, de o porquê solicitamos a V. Exa. que abrisse esse espaço para que o Gerard pudesse falar em nome de todos suinocultores, falar em nome inclusive do presidente da APS que se encontra aqui, o Romeu Roya, porque alguns meses como disse o Reni, nós estamos presenciando essa situação totalmente desfavorável à suinocultura.

Esta Assembléia Legislativa, através da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos, quando foi chamada a se envolver nesse questão, de imediato designou o deputado Ademir Bier para ser o relator do segmento “carne” dentro da CPI dos Alimentos. Estivemos numa 1ª reunião em Florianópolis, quando toda a suinocultura e a indústria da suinocultura se reunia.

Depois estivemos em Francisco Beltrão numa audiência pública, estivemos em Marechal Cândido Rondon em outra audiência pública. Tivemos aqui na Assembléia pelo menos umas duas reuniões e muito trabalhamos para conseguir uma audiência com o ministro Pratine de Moraes, onde o deputado Ademir Bier, o deputado Eli Ghellere estiveram representando a deputada Luciana Rafagnin também representando a todos nós da CPI.

Fizemos questão de que viessem ao Plenário hoje não só as Lideranças do setor suinícola, mas também os produtores rurais que se encontram nas galerias, para que o conjunto da Assembléia Legislativa tomasse conhecimento desta triste realidade.

Como disse o Gerard, o produtor hoje gasta ao redor de 140 reais para produzir um suíno. Está vendendo por 93 reais esse suíno, perdendo ao redor de 40, 50 reais por suíno terminado. E por que isso? Porque existe sim uma oferta maior hoje no mercado, fruto de estímulo que

se criaram anteriormente, pedindo que se produzisse, que teríamos mercado para exportação e que o consumo interno haveria de crescer. O consumo interno muito pouco, as exportações cresceram, mas não o suficiente para absorver esta produção que foi trazida à população pelo trabalho dos suinocultores do Paraná.

Outro fator que é conhecido por todos vocês hoje é que o milho subiu violentamente, a soja que está atrelada também ao dólar subiu violentamente, conseqüentemente o custo de produção subiu e os produtores, hoje, não conseguem, vendendo o suíno a noventa centavos o quilo, cobrir o custo de produção que está ao redor de um e quarenta, um e cinquenta por quilo de suíno vivo produzido. O que deveria ser feito pelo governo federal, em um primeiro momento? Liberar estoques de milho através da Conab a preços condizentes, a preços competitivos e fazer aquilo que o ministro prometeu a cerca de quarenta dias atrás e que não fez ainda, que é adquirir pelo menos cem mil toneladas, se não me falha a memória, de suínos, para que pudéssemos ter, de certa forma, aliviado o drama, hoje, dos suinocultores que estão estocando em pé, vivo, em suas pocilgas, em seus chiqueiros, os suínos que poderiam já estar abatidos ou estocados em câmaras frigoríficas ou exportados.

Então, a situação é realmente terrível, porque o custo de produção está muito alto, a solução é o governo federal, em um primeiro momento, adquirir pelo menos essas 100 mil toneladas que se propôs a adquirir e que há mais de quarenta dias não iniciou ainda a operação; é liberar estoques de milho a preços mais condizentes do que o que está sendo praticado hoje ao redor de 16, 17 reais/saca. E evidentemente o que se cobra do Governo do Estado do Paraná, com quem as lideranças terão hoje uma audiência às 16h30min, foi marcada pelo conjunto da CPI hoje pela manhã, é que o governo do Estado do Paraná também adote medidas no sentido de amenizar o drama dos suinocultores, porque como disse o Reni, é um setor que emprega mão-de-obra em abundância; é um setor que respondeu à altura o chamamento do governo estadual e do governo federal para que produzisse e hoje eles estão perdendo e perdendo muito. Hoje, inclusive, se falou que por dia está desaparecendo em função do descarte, da matança, uma granja de quatrocentas matrizes, quatrocentas porcas criadeiras/dia. Então, a cada dia cerca de 500 matrizes estão desaparecendo. Isso vai ter uma repercussão terrível no futuro quando precisarmos ter a reposição dos nossos rebanhos.

Então, eu fiz esse apelo para que eles viessem aqui hoje, está registrado nos Anais da Assembléia, logo mais às 16h30min vamos estar com o secretário Deni Schwartz, para segunda-feira da semana que vem marcarmos uma outra reunião, porque queremos a presença da indústria e do varejo, porque é aquilo que foi relatado aqui: aquilo que hoje eles vendem por noventa reais, dois, três dias depois é vendido pelo frigorífico por 180 e o varejo está vendendo isso com margem superior em alguns casos de 300%, e na média superior a 80%. Então,

existe espaço para que o varejo pague mais ou para que o varejo venda por menos, para que o consumo aumente e conseqüentemente haja uma procura maior de carne suína.

Então, faço esse registro, senhor presidente, pedindo o apoio de todos os deputados. E viemos aqui porque na reunião da CPI, evidentemente, os deputados que participaram são os deputados da CPI, e era importante que todos os deputados e a imprensa que aqui está pudesse dar conhecimento à população em geral do drama, hoje, vivido pela suinocultura que é tão ou mais terrível do que o drama vivenciado nos meses de outubro, novembro, dezembro e janeiro pela pecuária de leite.

Era isso, senhor presidente, e nós vamos continuar atentos e lutando em favor da suinocultura com o apoio do conjunto dos deputados e o apoio de V. Exa. que foi, inclusive, nosso secretário da Agricultura do Paraná.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A seguir, pela ordem, o deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente Hermas Brandão, caros deputados e suinocultores aqui presentes.

Quero cumprimentar o Reni Gerard de Lima, que representou aqui a Associação Paranaense de Suinocultores, ele que é presidente da nossa Associação de Suinocultores de Pato Branco, e dizer o seguinte: de forma bem rápida, nós participamos já pela manhã da CPI dos Alimentos que tem uma Subcomissão que está tratando da questão da suinocultura. É incrível, vejo muitas vezes que têm movimentos aqui na Assembléia, pedindo terra, outros cesta básica, outros para reduzir a taxa da água, outros para pagar energia elétrica. É incrível, quem está aqui, não está pedindo nada disso. Só pedindo o seguinte: que paguem pelo menos aquilo que eles gastaram para produzir. Só isso. Incrível.

Senhor presidente, V. Exa. responde pela nossa Casa, deputado Hermas Brandão, acho que seria importante que pudéssemos traduzir esse sentimento para o governo do Paraná. Porque isso não está acontecendo lá na Rússia, onde falaram que era para produzir para exportar. Está acontecendo aqui. E daqui a pouco, deputado Ricardo Chab, o senhor que faz parte da representação aqui de Curitiba, tem 400 e poucos mil aqui, deputado Alborghetti, escravos de aluguel e um dia também andaram por lá, produzindo pouco, colhendo milho, colhendo café, algodão. E muitos deles não conseguiram mais ficar, hoje estão aqui. E o governo gasta mais com esses que estão aqui, do que o necessário com os que estão lá produzindo e dando a produção para o nosso Estado. A questão é séria. É um segmento importantíssimo, de geração de empregos, importantes para o nosso Estado. E não adianta imaginar, eu converso sempre com

os nossos suinocultores, a CPI vai ajudar a resolver o problema da cadeia produtiva do suíno. Mas a questão maior, está na questão do governo, que na minha opinião, veja bem, senhor presidente, o governador pode pegar o telefone e ligar para o ministro da Agricultura e tratar dessa questão com o ministro. Pedir que ajude a resolver esse problema, porque não dá para esperar.

Uma vez teve essa folia da peste suína africana, os suinocultores foram para as ruas. Porque o sujeito engordava o porco, aí não tinha para quem vender, aí vinham os leitões e tinham que gastar todo o milho para poder segurar aquele leitão que estava ali até engordar.

Enfim, uma barbaridade. O meu pai, um suinocultor de tradição naquela oportunidade, praticamente acabou com o seu plantel.

Os suinocultores da sua direção estão no desespero pedindo para que diminua o plantel, pedindo no nosso Paraná para que pare de trabalhar. É coisa incrível isso. Ao invés de pedir para trabalhar, chegar ao ponto de pedir para diminuir o plantel.

Então, senhor presidente, faço na verdade um desabafo, que o Pessuti fez, que o Ademir Bier fez, que a Luciana, que o nosso amigo Eli Ghellere, que todos os deputados fizeram.

Olha, ninguém imagina o estão passando os nossos suinocultores. E nós só podemos, fora a cadeia produtiva que a CPI pode ajudar, é só o governo para resolver essa questão. Tem que colocar o crédito, e não é a juros disso ou daquilo, ou mesmo os juros do Pronafe, Barater. E mesmo o juro do Pronafe se fizer uma conta não gasta nem um banco. Banco daqueles de sentar, porque aqueles outros quando vai quebrar eles colocam 5 bilhões para ajudar a segurar porque tem problema no sistema financeiro.

Isso, é questão de decisão política; acerta essa questão e pára com essa palhaçada. Faz o crédito conforme o Pronafe, apenas uma extensão da linha de crédito do Pronafe. E se tem carne em excesso no mercado, muito bem, pois que crie um estoque regulador, tira a carne do mercado e proteja quem trabalha. Não estão pedindo nem lucro. Cada porco que entrega está entregando a R\$50,00 junto, para quem está comprando. Então, precisamos ter o reconhecimento a quem trabalha. O Brasil tem um encontro com a "tal" da agricultura ainda na sua História. Mesmo o Japão, que é do tamanho do Paraná, com a população do Brasil inteiro dentro, não teve outro caminho e não foi pelo início do seu sistema de produção! O Brasil é o único país ainda, como eu sempre falo, que rico nunca passa fome. Por isso é que acontece isso.

Quando atacaram as torres dos Estados Unidos, uma semana depois, o que aconteceu? Faltou comida nas prateleiras dos supermercados de Nova York. Sabem por quê? Porque depois da 2ª Guerra Mundial - os ricos iam no supermercado e não tinham comida para comprar, não tinha nada para vender.

Aqui não. Aqui sempre teve. O Brasil vai ter um encontro com esses que geram 27% dos empregos diretos

no nosso país. Nessa dimensão do nosso país, não é possível a agricultura passar por isso. Há poucos dias atrás, perdoem-me a expressão nossas deputadas Serafina e Luciana, um litro de leite valia menos do que um litro de urina da vaca. Agora, é o porco que o sujeito produz, entrega e tem que pagar para produzir. Quero dizer que não vamos resolver isso de hoje - para amanhã. Nós temos a obrigação de colaborar para que seja agilizada a solução dessa questão. Nós temos obrigação enquanto deputados que somos, esquecendo a questão da eleição. Sei que não temos aqui um grande número representativo, mas temos a condição sim de nos incorporar a esse grito que não é o grito só do suinocultor não, é o grito - de termos uma agricultura que não seja a vergonha do nosso país. Pelo contrário, que seja orgulho do nosso Brasil, porque é através da nossa produção que vamos segurar o nosso país em pé.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está com a palavra o deputado Eli Ghellere.

O SR. ELI GHELLERE

Senhor presidente, quero fazer uma consulta à Mesa se temos condições técnicas de nos fornecer as notas taquigráficas do pronunciamento do senhor Reni até às quatro hora da tarde.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Perfeitamente.

O SR. ELI GHELLERE

Faço essa conduta, porque teremos uma audiência com o secretário da Agricultura às quatro e meia e eu ouvi atentamente o pronunciamento do senhor Reni, ouvi o do Pessuti, e do Zucchi e as palavras proferidas pelos suinocultores, que conhecemos todas as dificuldades. Estamos acompanhando há algum tempo o trabalho que vem sendo feito e quero parabenizar à Casa pela estrutura que tem dado à CPI dos Alimentos.

Não tivemos dificuldades, não é, Pessuti, de forma alguma. Pelo contrário, só que eu tenho certeza que é importante que chegue até ao secretário de Estado, as reclamações dos suinocultores. Nós teremos a oportunidade de levar as notas taquigráficas e juntos, deputados e suinocultores, levaremos as reclamações e tem que haver a sensibilidade do governo do Estado. Os deputados têm que fazer a sua parte; todos estamos empenhados mas se tiver vontade política do governo do Estado, com certeza, em poucos tempo, melhoraremos a suinocultura.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Determino ao serviço de taquigrafia para que forneça ao deputado Eli Ghellere, as notas taquigráficas do pronunciamento do senhor Reni Geraldo de Lima.

Está com a palavra, o senhor deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Outro dia, nessas galerias estavam os professores insatisfeitos com o governo que não lhes dá a mínima atenção, mas há pouco também estavam aí as esposas dos policiais militares. O que faziam? Reclamavam da situação em que se encontram, por culpa do governo ali do lado. Os estudantes chegaram a invadir este plenário, revoltados e indignados com aquilo que o governo pretendia fazer, tomar a Copel, que foi produzida, construída por todos nós, e botá-la na mão de meia dúzia de chupins. Hoje vocês estão aí.

Senhor presidente, senhores deputados. Eu tenho uma longa caminhada dentro da política e basta, senhor presidente, senhores deputados, basta olhar para o rosto de todo o mundo que está aqui, para percebermos que é gente que tem as marcas do trabalho na própria cara.

Senhor presidente, o governo quer que os brasileiros ou mesmo estrangeiros que vivem aqui, quer o quê? Que eles trabalhem, trabalhem e paguem para trabalhar, paguem para produzir. Isso é inaceitável dentro de um país que tem vergonha na cara.

Senhor presidente, senhores deputados: eu me lembro que na França, em determinada hora, em determinado tempo, não se produzia o trigo necessário até para matar a fome dos franceses e o ministro socialista, de um governo socialista, do governo Mitterrand, chamou os agricultores para ouvi-los. Falou: “O que é que vocês precisam para produzir uma tonelada de trigo?” “Nós precisamos de tanto”! “Coloquem aí um lucro em cima da produção do trabalho de vocês, coloquem a reposição das máquinas, porque nós não queremos que ninguém perca a sua propriedade, queremos todos trabalhando”. E fizeram isso. A França se tornou exportadora de trigo. Sabem de uma coisa? Quando esse maldito mercado enriquece a chupinzada e mata aqueles que produzem, aparece com muita força, é para isso que se precisa ter governo, para intervir, para não deixar aquele que produz, ficar no meio da rua, na amargura.

Nós, do PMDB, estamos vendo algumas coisas interessantes.

Ali em Almirante Tamandaré, dia desses, alguém do governo defendia a qualidade muito boa da segurança do Estado do Paraná e eu vim até esta tribuna para dizer que a décima nona mulher tinha acabado de ser assassinada, na cidade vizinha, ali do lado e eles estão achando que o governo é bom e se surpreendem que o José Serra está “morro abaixo”, que o candidato do governo não levanta mais, nem com foguete Saturno - 5 nas nádegas.

Gente do céu! Gente do céu, eu me lembro que o pessoal da agricultura familiar tomou o nosso plenarinho. Nós estávamos lá, meia dúzia de deputados, defendendo a agricultura familiar. Aí, umas das senhoras presentes começou a “baixar o porrete” em todos os deputados. Eu me lembro que eu falei: “olhe, mas espera lá! Quem é que votou aqui em mim”? Ninguém tinha votado, mas não era esse o caso e eu falei o quê? “Eu não preciso ter recebido

o voto para vir aqui cumprir com a minha obrigação, para defender aquele que tem as mãos santas que trabalham a terra, mas nesse governo neoliberal, entreguista, sem vergonha na cara, essas coisas acontecem todos os dias”. Agora mesmo, agricultor do Paraná, nós estamos precisando de 48 bilhões de dólares para pagar aqueles que já tiraram de muitos brasileiros até a espinha dorsal, porque andam curvados, como se não tivessem vontade. Olha! Fico indignado, porque vejo inclusive o governo do Paraná meter cinco milhões de reais no Banestado, saqueado, roubado, assaltado e vendido, esse governo, o governador recordista mundial de viagens, garanto que ele não foi ao sítio de nenhum de vocês, para ver quanto pulsa o coração do agricultor.

Nada disso eles querem saber, estão comemorando agora um prêmio de um Instituto, que eu não vou falar aqui, porque senão vão me processar, até do direito de ter opinião, palavra e voto proibindo determinadas coisas. É uma mentira só, e vocês precisam meter o bisturi nesse monte de pus que nós temos no país. Olha! Governo igual a esse que nós temos aos de fora, aos das montadoras, tudo, mas teve um rei que falou: “tudo, menos a honra”. Agora, aqui, eles querem, ao quebrar o povo brasileiro como vocês, que dão resposta rápida quando esses formuladores da política econômica financeira do país, jogam o país na lama do lixo, é a agricultura que vem gritar presente. Pois se façam presentes, se organizando e exigindo. Esse governador será que não tem telefone, para impor à bancada do Paraná, a esses ministros, que não dão a mínima para nós todos. Olha! O que é que fazemos aqui? Vamos fazer discurso e darmos a nossa solidariedade. Mas só isso não basta, não. É preciso que haja organização e mobilização de todos vocês. O que é que vocês querem? Trabalhar, produzir, manter a propriedade e manter a família. E dar o amanhã para as crianças que estão chegando. E esses governos neoliberais, entreguistas, não dão a mínima atenção para o povo brasileiro.

Estou enjoado, mas tenho esperança que o amanhã possa trazer um sol para bater no rosto de todo mundo.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhores que participam da Sessão de hoje.

Venho a esta tribuna em nome do PMDB, partido que tenho a honra de liderar aqui nessa Casa, para manifestar a nossa solidariedade aos produtores de suínos do Estado do Paraná. A CPI dos Alimentos, presidida brilhantemente pelo nosso companheiro deputado Orlando Pessuti, médico veterinário, presidente do Bloco Agropecuário aqui nesta Casa. Nosso companheiro, candidato a vice-governador do Estado do Paraná, vem com muita força e determinação levantando os problemas que atingem a agricultura paranaense, especialmente a agricul-

tura familiar. Nós tivemos aqui nesta Casa e pelo Paraná afora, levantando o problema do leite que tanta amargura e tristeza levou à casa dos agricultores familiares do nosso Estado.

Há dois, três meses estamos debatendo o problema da suinocultura. O senhor Reni trouxe uma radiografia dos problemas que atinge esse segmento importante da economia paranaense.

O que a Assembléia Legislativa do Paraná pode fazer para ajudá-los? O que podemos fazer para melhorar a situação da suinocultura paranaense e brasileira? É exatamente o que está sendo feito. Através da CPI dos Alimentos criou-se uma subsidiária para tratar do problema da suinocultura cuidado pelo deputado Ademir Bier, de Marechal Cândido Rondon, uma região de grande foco de produção da suinocultura.

Os deputados Waldyr Pugliesi, Orlando Pessuti, Augustinho Zucchi, colocaram, junto com o Reni, com clareza, as dificuldades da nossa agricultura familiar paranaense e brasileira.

No governo Jaime Lerner, a cada ano, dez pequenos proprietários rurais abandonaram suas propriedades e vieram morar na cidade. Num total de 70 mil pequenas propriedades que foram fechadas no governo Jaime Lerner. Por que esse desastre aconteceu? Porque o governo do Estado não tem sequer um programa de apoio à agricultura familiar. O único instrumento que tínhamos para favorecer a agricultura, através dos programas que o governo possuía era o nosso Banestado, que o governo Jaime Lerner vendeu, entregou. Hoje o Paraná não possui uma instituição financeira para dar suporte aos programas de um governo sério que quer apoiar a agricultura, especialmente a agricultura familiar.

Não tem programa, não tem apoio, não tem atitudes. E aí nós nos debatemos aqui nesta Casa, que é a Casa do povo. Aqui é a Casa onde o povo tem que vir, pedir, chorar e somar-se aos deputados, para que juntos encontremos as soluções.

O deputado Waldyr Pugliesi colocou: “recebemos aqui diariamente a visita de todos os segmentos da nossa sociedade”. Queremos juntos buscar as soluções para esse modelo neo-liberal implantado, que visou abrir as nossas fronteiras e acabar com o nosso produtor. Esmagando, aniquilando com aqueles que trabalham, com aqueles que fazem de suas vidas uma missão permanente de sobrevivência.

Conheço os suinocultores, como disse o deputado Augustinho Zucchi, também como filho de agricultor safrista, criador de suíno do Sudoeste do Paraná. Tínhamos uma família enorme, mas sustentada pela produção de suínos. Quando leio na imprensa paranaense a crise que assola a agricultura e a suinocultura, logo me vem na mente a figura de um suinocultor, o senhor Alvaír Andreis, de Bom Sucesso do Sul, grande produtor de suínos e com ele tenho dividido os anseios e as dificuldades, os sentimentos e as esperanças de ver ali na sua produção os seus sonhos sendo enterrados sem paixão, sem dor e

sem piedade por falta de política que compense quem trabalha neste país! É esse o governo que maltrata a nossa agricultura!

Senhores, deputados Ademir Bier: vamos junto com os suinocultores, junto com os trabalhadores, buscar as alternativas para imediatamente ajudarmos os suinocultores do nosso Estado, porque como foi falado aqui, se atitudes urgentes não forem tomadas e rapidamente, deputados Augustinho Zucchi, mais pessoas vão estar aqui em Curitiba para alugar imóveis ou nem podendo alugar imóveis, aglomerar-se nos bolsões de pobreza das grandes cidades, aumentando as favelas, aumentando a criminalidade, piorando a qualidade de vida de todo esse povo que trabalha com destemor.

Por isso, senhores suinocultores: recebam do velho MDB de guerra, que quando estive no governo sempre teve a agricultura como fundamento básico das nossas atividades - governos que apoiaram a agricultura, a nossa solidariedade, o nosso esforço para ajudar a encontrar soluções que possam definitiva e rapidamente melhorar, minimizar e ajudar para que todos vocês continuem vivendo da terra, tirando da terra o pão de cada dia, com honestidade e decência.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor presidente, senhores deputados:

O deputado Augustinho Zucchi sabe da minha luta na televisão em favor da agricultura do meu Estado.

Eu ouvi atentamente os deputados Augustinho Zucchi, Waldyr Pugliesi, constituinte deste país; ouvi atentamente as palavras do deputado Orlando Pessuti, que comanda a CPI dos Alimentos; o Eli Ghellere e líder do PMDB, Nereu Moura.

O que me chamou a atenção foi quando o senhor Reni foi à tribuna e disse o seguinte: “Quando um banco quebra, neste país, a primeira coisa é socorrê-lo.

Recentemente, foi oferecida à nação brasileira mais ou menos trezentos bilhões de dólares pelo FMI, mas não para solucionar os problemas da agricultura do meu país, nem dos suinocultores, nem do pequeno agricultor, foi para solucionar os problemas dos bancos americanos que estão no Brasil e que têm dinheiro para receber do governo. Essa é a grande verdade.

O que me magoa e o senhor Reni tem toda razão, prestei atenção no seu pronunciamento, e deixa-me triste é que hoje vai uma Comissão falar com o secretário, todos vão lá e vão ser recebidos com cafezinho, água, tudo bonitinho, todo mundo vai falar, o Reni vai falar, tudo lindo, tudo maravilhoso! Se for a Brasília então vão ser recebidos com tapete vermelho, vai ser cafezinho, chocolatinho quentinho, tudo lindo!

O que esse povo precisa é tirar a máscara e lavar a cara! O que esse povo precisa é criar vergonha na cara, neste país! Esse povo não tem vergonha na cara; vocês vão ser enganados novamente, Reni! Novamente vai ser a mesma “cascata”, o mesmo “conto de fadas”!

Vocês irão sair de lá, vai resolver?

Vai nada! Não vai resolver.

Nós precisamos ter deputados e senadores em Brasília que realmente lutem pela agricultura do Paraná e não só pela suinocultura, mas pelos pequenos agricultores; pelo agricultor que tem uma chácara, um sítiozinho; o que precisamos é de vontade política neste País, para resolver o problema não só do suinocultor, não só do pequeno agricultor, como diz o deputado Augustinho Zucchi, Oxalá ele fosse o futuro Secretário da Agricultura. Tenho certeza que o senhor daria “a cara para bater”, porque o senhor representa bem neste Parlamento como agricultor, porque o dia que acabar a carne na lavoura, o dia que acabar o arroz, o dia que acabar o feijão, o que este Parlamento vai comer?

O que a cidade vai comer? Asfalto? Pedra?

Vão comer absolutamente nada!

O que falta é reunir os 54 deputados que tiverem vergonha na cara aqui dentro e ir lá falar, vai resolver, ou não vai resolver.

Ir a Brasília vai resolver, ou não.

Sou dessa opinião, ou resolve no título ou resolve na bala!

Este País é só cascata; e é só balela.

O título de eleitor tem a cor da bandeira do meu País; tem o hino do meu País; tem a Constituição do meu País.

Ou você resolve este País no título de eleitor ou resolve na bala. Esta é a minha opinião, não devo a vagabundo nenhum neste Estado ou neste País, e nós temos que salvar a agricultura porque se nós abandonarmos a agricultura, o bairro vai mal, a cidade vai mal, o Estado vai mal e o País vai de mal a pior!

Está na hora da vontade política tirar a máscara e lavar a cara.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, senhores deputados: ao mesmo momento aqui, queremos saudar esses heróis do Estado e do Brasil que estão aqui hoje.

Os nossos agricultores que são a razão da existência da cidade.

São eles que plantam, que trabalham, é com a força de vontade do trabalho deles que pagamos nossa dívida do Brasil e o que precisamos, como diz o Alborghetti é de uma política decente, uma política que trabalha pelo nosso agricultor.

Por que não é possível, nós que subimos a esta tribuna, que sempre defendemos o pequeno agricultor, porque somos do interior do Estado, Somos da região de Campo Mourão e sabemos da importância para o desenvolvimento que tem o pequeno, porque é ele que gasta no armazém, que gasta no mercado, que gasta na farmácia, no açougue, é ele que contribui para que tenhamos mais dinheiro para a saúde, à segurança e à educação.

Sai governo e entra governo, cabe à política agrícola deste Brasil, e aí enquadra todos os partidos políticos, enquadra os governos que passaram, os senadores, deputados federais. Porque nós somos deputados estaduais e muitas vezes não podemos opinar do que se passa em Brasília para estender a mão e fazer a justiça social daquele que quer viver feliz, que quer trabalhar com os seus filhos aqui no interior do Estado do Paraná.

Será que só tem valor aquele que planta soja, daqueles “ricões” que tem quatro mil alqueires de terra, e que a soja acompanha o dólar, a trinta dólares o saco de soja. Será que só têm valor aqueles fazendeiros que têm boiada e mais boiada, que nós vemos o arroba do boi a R\$44,00. Cadê o valor? Cadê a política deste Brasil? E aí eu enquadro a todos para discutir no Congresso, na Câmara dos Deputados, junto com ministro, junto com presidente.

Quem cria o frango, não tem valor. Quem tira o leite para vender, não tem valor. Quem é da suinocultura, cria o porco, não tem valor. Por que não tem valor?

Porque são os pequenos e são a maioria.

Por isso, senhor presidente, nesta tribuna sempre defendi o nosso trabalhador do Estado do Paraná e mais uma vez aqui estou para defender vocês, porque são as razões da existência. É preciso, mais uma vez, ter vontade política e de todos os partidos políticos neste Brasil para atender àqueles que trabalham. Nós não podemos deixar um pequeno agricultor de cinco, de dez, de quinze, de vinte alqueires, vender o seu sítio e vir embora para a Capital. Ele está ajudando o Paraná no interior. Ajuda o Brasil, gente do céu!

E é por isso que subo aqui para dar o apoio a vocês. Foi desde quando eu fui vereador, foi desde quando eu fui prefeito de uma pequena cidade no município de Lousiana e hoje aqui também dizer a vocês: ficamos três anos lutando por um dos maiores projetos do Paraná e no qual nós tivemos o apoio de todos os deputados, inclusive o presidente da Assembléia, o deputado Hermas Brandão, para criar com subsídio a volta do plantio do “ouro banco”, do algodão para dar emprego para o nosso trabalhador com subsídio pelas indústrias na indústria de confecção de tecelagem e do algodão em pluma.

Podem contar com o deputado Nelson Tureck, mas não é só esta Assembléia, não. Nós precisamos dos deputados federais, precisamos dos senadores de todos os partidos políticos que têm representatividade lá em Brasília e que todos juntos possamos lutar de uma vez por todas e

não conversa fiada, e o pequeno nunca é atendido e fica na penúria.

Meu muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o deputado Algaci Tulio e posteriormente nós entraremos já na Ordem do Dia, porque nós teremos ainda uma Sessão Solene de homenagem aos jogadores pentacampeões que são representantes do Paraná.

Então, com a palavra o deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados:

Na última quinta-feira esta Casa foi surpreendida pela presença de mais de trezentos funcionários da Montadora Renault que chegaram, inclusive a bater nos gabinetes dos senhores parlamentares, procurando pelos deputados, na tentativa de encontrar junto a eles a solidariedade, no mínimo, para a questão que os deixava aflitos naquele momento.

Este parlamentar estava no plenário naquela manhã de quinta-feira, dez horas aproximadamente, quando então procuramos intermediar, em nome do presidente da Assembléia, deputado Hermas Brandão, o início de uma conversação desses cento e quarenta funcionários que estavam à mercê de serem colocados na rua. Em nome da presidência nós fizemos contato com a Casa Civil do Palácio Iguaçu e mais tarde, depois de uma conversa aqui nos corredores da Assembléia com os funcionários da Renault, uma Comissão foi até o Palácio Iguaçu conversar com o doutor Nelson Green (?), secretário ligado à Secretaria da Indústria e Comércio, para que houvesse uma intermediação do governo do Estado junto à Montadora. Afinal de contas, uma montadora que ganhou incentivos fiscais do Estado para se implantar aqui, de repente ameaça com demissão funcionários e isso, evidentemente, provocaria um caos social. Juntamente com o sindicalista Sérgio Buttica (?) e mais alguns elementos ligados a outros sindicatos também fomos ao Palácio Iguaçu, conversarmos com o doutor Nelson Green (?) e ele nos prometia que até às dezesseis horas da última quinta-feira nos repassaria uma informação. E para a felicidade desses servidores, funcionários da Renault, por volta das 15h30 informava-me o doutor Nelson que a Renault havia suspenso as 140 demissões que estavam programadas para a semana passada.

Com isso, apenas para comunicar este Plenário e dizer da importância da Assembléia estar funcionando, da importância dos senhores parlamentares estarem aqui em plenário ou até mesmo em seus gabinetes, porque neste período eleitoral, claro que todos nós temos que ir em busca do voto, mas acho que o mínimo que nós temos que fazer na verdade é estarmos em plenário em dias de sessões, já se reduziam as sessões de quatro para dois dias, não é possível que em dois dias não se vote, não se tenha presença no plenário para tocar a Ordem do Dia.

Por esta razão, senhor presidente, quero comunicá-lo, então, que essa decisão foi graças a uma intermediação da Assembléia, na minha pessoa, representando V. Exa. naquele momento. E depois retornamos aqui à Assembléia para dar ciência ao senhor presidente da decisão tomada pela Renault de não demitir os cento e quarenta funcionários. De qualquer maneira a situação desses funcionários ainda não é uma situação de tranquilidade, porque a empresa está querendo adotar um plano de demissão voluntária, está reduzindo o seu horário de serviço e isso transmite uma total intranquilidade a esses trabalhadores.

Então, era o comunicado que eu queria fazer a esta Casa, essa intermediação importante que teve a Assembléia Legislativa na última quinta-feira em razão da chegada aqui na nossa Casa de trezentos funcionários da Renault. E também nesta semana deveremos ainda continuar, ainda permanece aquela Comissão Especial, da qual eu sou presidente, que trata ainda da questão das transportadoras ligadas à Renault. Ainda, agora à tarde o Sindicato dos Transportes deve estar dando entrada no Ministério Público com uma ação em relação à maneira como está sendo dado o atendimento às transportadoras aqui no Estado do Paraná.

Esse é um assunto que ainda nos próximos dias eu vou trazer aqui em plenário também.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro) de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Antonio Baratter, constantes do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforma avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 676/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fênix, com sede no município de Fênix e foro no município de Engenheiro Beltrão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTO GERAL DA CCJ. **APRECIAR**

NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 447/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Bom Sucesso do Sul e dá outras Providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 472/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Arapongas, Esperança e Esplanada, com sede e foro no município de Colombo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 182/2002, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica São Jorge I, com eixo de barragem localizado no Rio Pitanga, município de Pitanga. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovada, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Santa Casa de Misericórdia de Siqueira Campos, com sede e foro no município de Siqueira Campos. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/2002, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense de Primeiro de Maio - Provopar, com sede e foro no município de Primeiro de Maio. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/2002, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural Blumenstraus, com sede no município de Maripá e foro no município de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 356/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade

Pública a Associação Comunitária do Jardim Alvorada, com sede e foro no município de Maringá. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovada, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 358/2002, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que altera o artigo 1º da Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre normas disciplinares para declaração de Utilidade Pública de entidades no Estado do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 372/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense - Provo-par (Ação Social), com sede no município de Guarapuava e foro na mesma municipalidade. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovada, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 408/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Independência - Ensino de Pré a 1º Grau, com sede no município de Boa Esperança e foro no município de Mamborê. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovada, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Alfeu Teodoro de Oliveira, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 420/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Maria Pereira de Oliveira, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 424/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Teodolino de Souza Franco, com sede no município de Janiópolis e foro no município de

Campo Mourão. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 438/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública Estadual o Movimento Pró-Paraná-ente de integração e relações institucionais do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 441/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Missão de Resgate Restauração e Vida ao Menor, com sede e foro no município de Paranaguá. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 455/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Conselho da Comunidade da Comarca de Ibiporã, com sede e foro no município de Ibiporã. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

Convido o deputado Eli Ghellere para receber as notas taquigráficas, conforme sua solicitação.

O SR. PREESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1995 a 1998 de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2019, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimentos nºs 2002 e 2003, de autoria do deputado Eli Ghellere, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2004, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2009, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2010, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2011 a 2013, 2015 e 2016, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2014, de autoria do deputado Algaci Tulio, com apoio do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2020 a 2022, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2023, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2018, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DURVAL AMARAL

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Informo aos senhores parlamentares que após às 17 horas, por proposta dos deputados José Maria Ferreira e deputado Marcos Isfer, Sessão Solene em homenagem aos jogadores: José Kleberson Pereira, Juliano Beletti, Ricardo Luiz Pozzi Rodrigues e Rogério Ceni, bem como à Rádio Paiquerê, de Londrina.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 13 à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 628/2001 e 256/2002.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 447/2001, 344, 358, 419, 420 e 424/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 109/2000, 487/2001 e 189/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 363, 395, 598/2001 e 086/2002.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2002.

“A Vez do Requião”

Dr. Léo de Almeida Neves
Gazeta do Povo

Por duas vezes, o senador Roberto Requião esteve próximo de ser candidato à presidência da República pelo

PMDB. Na sucessão presidencial de 1988, após a desistência de Itamar Franco, foi sufragado unanimemente pelos convencionais de todo o país, faltando poucos delegados para completar o quórum mínimo legal. Os “chapas-brancas” do PMDB, fiéis a Fernando Henrique Cardoso, não compareceram optando pela obstrução e o PMDB oficialmente não participou do pleito. Na convenção de junho/2002, contra tudo (máquina do governo) e contra todos (Executiva Nacional), 34% dos convencionais votaram no nome de Roberto Requião, enquanto a maioria escolheu a coligação Serra e Rita, fadada à frágil derrota eleitoral.

Requião cumpriu irrepreensível mandato de senador, com destaque à relatoria da CPI dos Precatórios, que resultou em processos e condenações de bancos e financeiras e interrompeu a farra irresponsável dos governadores para angariar recursos ilegais, que se tivesse continuidade poderia pôr em risco a estabilidade do real.

Projeto de lei assegurando inviolabilidade das urnas eletrônicas com a impressão do voto, outro democratizando a Lei de Imprensa, o combate aos dispositivos entreguistas da Lei de Patentes, a defesa intransigente da soberania da Amazônia e de todas as teses nacionalistas, o apoio às justas reivindicações do Paraná asseguraram ao senador Roberto Requião o aplauso do povo paranaense e de entidades e associações representativas da sociedade de todo o Brasil, que gostariam que ele continuasse no Senado. Requião teria reeleição tranqüila ao Senado Federal, revelado nas pesquisas, mas ele optou por atender ao chamamento dos seus correligionários e do povo paranaense, que clamaram pela sua candidatura ao Palácio Iguaçu.

Sem desmerecer os demais concorrentes, agora, é a vez do Roberto Requião eleger-se governador.

O Paraná e o Brasil enfrentam gravíssima crise resultante de excessivo endividamento, agravada pelos casos de erosão moral no cerne do capitalismo norte-americano, que colocam em desassossego a economia global.

O momento é de colocar no Palácio Iguaçu personalidade com visão estratégica, capacidade de comando e competência administrativa, que enfrente com coragem os problemas daqui e tenha autoridade para opinar nas questões nacionais, evitando desvios de rumos que possam comprometer o futuro da Pátria. Durante os oito anos da presidência Fernando Henrique Cardoso, faltaram vozes dos Executivos estaduais para profligar os excessos do neoliberalismo, os inconvenientes da demagogia do real sobrevalorizado e os atentados à nossa soberania econômica.

Antes da Lei de Responsabilidade Fiscal, nas suas administrações na Prefeitura de Curitiba (1986 a 1989) e no Governo do Estado (1991 a 1994), Requião compatibilizou despesas com receitas, não gastando mais do que arrecadava. Ademais, conseguiu aumentar a arrecadação e ao mesmo tempo praticou justiça social contributiva, isentando o ICMS de mais de 75 mil microempresas,

diminuindo a 7% o ICMS dos produtos da cesta básica e de alguns materiais da construção civil, e excluindo o imposto sobre os juros nas vendas a prazo ao consumidor final. Na sua gestão, houve total transparência nos trâmites de licitação para construção de obras e de compras destinadas aos diversos órgãos públicos.

Precisa pulso firme no enfrentamento da bandidagem, a fim de garantir segurança à população. Na Prefeitura de Curitiba, Requião criou a Guarda Municipal e como chefe do Executivo estadual implantou o Projeto Povo (Policiamento Ostensivo Volante), executado dia e noite por equipes da Polícia Militar, portando telefone celular e utilizando motos e kombis.

O governo Requião notabilizou-se nos trabalhos de manuseio, conservação de solo e preservação de recursos naturais; no avanço da sericultura; na renovação da citricultura; no incentivo à técnica do plantio adensado do café, sob orientação do Iapar; no plano de irrigação e drenagem que tornaram produtivos 135.000 hectares de várzeas; na inseminação artificial de bovinos leiteiros, importação de novilhos e ovinos e sua distribuição a pequenos proprietários.

Marcou época a parceria que o governo Requião fez com o Serviço de Engenharia do Exército, para a construção da Ferroeste (investimento de US\$170 milhões), reduzindo custos em 40% e contribuindo no treinamento e atualização tecnológica da engenharia militar brasileira.

A administração Requião teve presença intensa na realização de rodovias e grandes pontes; no término da Hidrelétrica de Segredo; na edificação de casas populares (prestação de 10% do salário mínimo); na melhoria da área educacional, com milhares de novas salas de aula, criação de fundo rotativo administrado pelas próprias escolas, ganho salarial dos professores e lançamento de programa precursor no país de “capacitação pedagógica via satélite”.

Requião concretizou ações e melhoramentos em todos os municípios paranaenses, fez gastos de US\$500 milhões em saneamento e levou a eletrificação rural a 50.000 propriedades.

Em reconhecimento aos méritos de seu governo, Requião elegeu-se senador em 1994 com 2.301.209 sufrágios, representando duzentos e trinta mil votos a mais do que o governador eleito (2.070.970 votos), com a ressalva de que cada eleitor podia votar em dois candidatos ao Senado.

Com novos programas e novas idéias e ainda mais experiente na vida política, Roberto Requião com certeza será eleito, em 6 de outubro de 2002, governador do Paraná.

Léo de Almeida Neves
é suplente de Senador pelo Paraná,
ex-deputado federal e ex-diretor do
Creai do Banco do Brasil

Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 71/2002

Mandar incorporar, ao acervo de serviço público de LIDIA MUCHINSKI, matrícula nº 487, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa o tempo de:

1 - oito (08) meses, relativo ao dobro das férias não usufruídas de 1984, 1987, 1988 e 1989, para todos os efeitos legais e de acordo com o artigo 37, dos atos das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Estadual do Paraná;

2 - dezoito (18) meses, relativos às licenças especiais não usufruídas, relativas: ao 5º quinquênio, de 11.11.84 a 11.11.88, antecipado em razão do quinquênio anterior, e férias de 1985 a 1986; ao 6º quinquênio, de 11.11.88 a 11.09.92, antecipado em razão do quinquênio anterior e férias de 1984, 1987, 1988, e 1989; e ao 7º quinquênio, de 11.09.92 a 11.03.97, antecipado em razão do quinquênio anterior, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98;

3 - sete (07) meses e sete (07) dias, concedidos pela Lei nº 7050/78, para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

(Prot. nº 3952/2002)

PORTARIA Nº 72/2002

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de DIONE PEREIRA FONSECA, matrícula nº 40384, funcionário desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotado na Diretoria Administrativa, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 3066/2002)

PORTARIA Nº 73/2002

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de EVERLEI TEREZINHA CLETO, matrícula nº 40614, funcionária desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Advogada E-7, lotada na Diretoria Legislativa, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de

1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 2566/2002)

PORTARIA Nº 74/2002

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MIRIAN RIBEIRO PERCINOTTO, matrícula nº 40453, funcionária desta Assembleia Legislativa, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 2575/2002)

PORTARIA Nº 75/2002

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARIA HENRIQUE DA SILVA DE PAULA, matrícula nº 40668, funcionária desta Assembleia Legislativa, admitida em 01 de agosto de 1985, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 2576/2002)

PORTARIA Nº 76/2002

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MIRIAM DOLORES STUDZINSKI, matrícula nº 40028, funcionária desta Assembleia Legislativa, admitida em 09 de janeiro de 1984, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 2578/2002)

PORTARIA Nº 77/2002

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de LILIAN NEIVA MONTEIRO MAIER, matrícula nº 40816, funcionária desta Assem-

bléia Legislativa, exercendo o cargo de Compositor Polímax N-63, lotada na Coordenadoria da Gráfica, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 2867/2002)

Gabinete da Diretoria Geral, em 06.08.2002.

PORTARIA Nº 78/2002

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de DANIELA ELISA BONKOSKI, matrícula nº 40870, funcionária desta Assembleia Legislativa, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Diretoria Administrativa, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 3076/2002)

PORTARIA Nº 79/2002

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de CARMEN LAGO ARAGÃO, matrícula nº 40099, funcionária desta Assembleia Legislativa, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada no gabinete do deputado Basílio Zanusso o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 3545/2002)

PORTARIA Nº 80/2002

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de JANE CARDOSO DE LIMA, matrícula nº 40462, funcionário desta Assembleia Legislativa, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, admitida em 01 de maio de 1988, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, asse-

gurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 3647/2002)

PORTARIA Nº 81/2002

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ILKA FINIMUNDO, matrícula nº 40477, funcionária desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, admitida em 02 de maio de 1986, lotada na Coordenadoria de Estudos e promoções Especiais, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 4816/2002)

PORTARIA Nº 82/2002

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MALVINA VAENA, matrícula nº 40524, funcionária desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, admitida em 02 de junho de 1986, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 5023/2002)

PORTARIA Nº 83/2002

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ELOINA BARFBRASKNECHT, matrícula nº 40581, funcionária desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, admitida em 09 de julho de 1985, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 5253/2002)

PORTARIA Nº 84/2002

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de SANDRA TERESINHA MUNIZ MOREIRA BORGES DE MACEDO, matrícula nº 40133, funcionária desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Advogada, N-E6, admitida em 01 de abril de 1989, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 5540/2002)

PORTARIA Nº 85/2002

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de CATARINA ALVES DOS SANTOS, matrícula nº 40890, funcionária desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotado na Diretoria Administrativa, admitida em 30 de janeiro de 1991, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 5824/2002)

PORTARIA Nº 86/2002

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARCO ANTONIO MARCONCIN, funcionário Quadro de pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Consultor Legislativo "A", NU-4, o tempo relativo aos períodos de 01.01.85 a 30.06.85; de 01.01.76 a 30.04.76; 01.03.78 a 30.09.78; de 01.11.78 a 28.02.84; de 01.06.84 a 30.08.84; de 01.12.84 a 30.12.84, num total de sete (07) anos e vinte e oito (28) dias, em que prestou serviços à atividade privada e contribuição ao INSS, conforme o parágrafo 9º, o artigo 35, da Constituição Estadual, e parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal.

(Prot. nº 5573/2002)

Gabinete da Diretoria Geral, em 07.08.2002.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral